



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 26ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Nestlé pelos seus 90 anos no Brasil
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/8/2011

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Palavras do Deputado Jayro Lessa - Entrega de placa - Palavras do Sr. Ivan Zurita - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Antônio Carlos Arantes - Célio Moreira - Délio Malheiros - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Délio Malheiros, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Nestlé pelos seus 90 anos no Brasil.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Ivan Zurita, Presidente da Nestlé Brasil; e Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário desta Casa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade dos Exmos. Srs. Deputado Gil Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; Deputado Bráulio Braz,



Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Deputado Federal Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; José Braz, Prefeito de Muriaé; Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Maurílio Soares Guimarães, Presidente da Emater; Deputados Federais Jairo Ataíde e Diego Andrade; Macoud Patrocínio, Presidente do Mercado Central de Belo Horizonte; Hudson Ferreira Sales, Assessor Parlamentar Institucional da Polícia Civil, representando o Sr. Jairo Léllis Filho, Chefe da Polícia Civil; Carlúcio Gonçalves, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Emílio Brandi, Presidente do Nova Safra; Paulo Poggiali, Presidente da Sociedade Mineira de Pediatria; José Nogueira Soares Nunes, Presidente da Associação Mineira de Supermercados; da Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; dos senhores funcionários da Nestlé e da diretoria presente.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral Canarinhos de Itabirito, sob a regência do maestro Eric Lana.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagem

O locutor - Saudamos a todos e gostaríamos também de dar ciência ao público, bem como aos telespectadores da TV Assembleia, do grande número de cumprimentos de autoridades que não puderam comparecer, em razão de compromissos previamente agendados, mas que parabenizam a Nestlé do Brasil. São eles: Exmos. Srs. e Sras. Dilma Rousseff, Presidente da República; Michel Temer, Vice-Presidente da República; Fernando Pimentel e Fernando Bezerra Coelho, respectivamente Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Integração Nacional; Governadores Jaques Wagner, da Bahia, Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, Geraldo Alckmin, de São Paulo, Marconi Perillo, de Goiás, e Tarso Genro, do Rio Grande do Sul; Senador Aécio Neves; Deputados Federais Aelton Freitas, Geraldo Tadeu, José Humberto, Lincoln Portela, Marcos Montes e Toninho Pereira; Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Deputados Estaduais Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Henrique e Romel Anízio; Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; e José Sacido Neto, Prefeito Municipal de São Lourenço.

Palavras do Deputado Jayro Lessa

Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados Estaduais e Federais presentes; Sr. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado, representando o Governador Antonio Anastasia; Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé Brasil, em cuja pessoa cumprimento todos os funcionários; Srs. Secretários e amigos da Nestlé nesta cerimônia tão prestigiada.

Gostaria de agradecer a presença de todos, especialmente da grande família Nestlé, hoje aqui reunida para a homenagem dos 90 anos da empresa no Brasil. É uma honra para a Assembleia Legislativa receber o Dr. Ivan Zurita, Presidente no Brasil da maior empresa de nutrição, saúde e bem-estar do mundo. Em algumas de suas entrevistas, Dr. Ivan, o senhor disse que, na carreira, o mais importante é se investir em atitude. Isso envolve acreditar, decidir e agir. Além disso, o senhor destaca a necessidade de se ter a satisfação de se comemorarem resultados. Pois saiba, Dr. Ivan, que valeu a pena acreditar e ter atitude. Nós, mineiros, somos gratos pelo fato de a Nestlé ter acreditado em nosso povo e por ter projetado seus investimentos neste Estado. Hoje, tenho certeza de que os bons resultados alcançados testificam tal confiança.

Quando a Nestlé foi criada na Suíça, em 1876, a preocupação com a mortalidade de recém-nascidos foi o que motivou o alemão radicado nesse país, Henri Nestlé, a desenvolver a farinha láctea. O seu objetivo era ajudar na recuperação das crianças daquela época. Iniciava-se a história de uma companhia ligada à alimentação e que se distinguiria por um forte compromisso com a segurança e a tradição de seus produtos em consonância com o bem-estar dos consumidores. Ela ainda se tornaria a maior e mais conceituada empresa do setor no mundo, posição que o seu fundador não imaginaria alcançar na época de sua fundação. A criação da Nestlé é fruto de uma necessidade humanitária, com a elaboração de um produto destinado a ajudar na sobrevivência de um bebê, filho de um colaborador do inventor e em precárias condições de saúde, por não poder se alimentar com o leite materno. A farinha láctea, composto feito de leite de vaca e farináceos, logo veio salvar a vida de muitas outras crianças, ganhando o interesse e a recomendação de médicos e farmacêuticos.

No final do século XIX, a farinha láctea já era exportada para o Brasil, fazendo parte do receituário de nossos pediatras, preocupados com as grandes taxas de mortalidade infantil em todos os meios sociais. Tendo a Suíça uma população limitada e em consequência um mercado pequeno, a Nestlé, ao ter seus produtos solicitados por outros países, logo decidiu construir fábricas mais próximas de seus consumidores e hoje está presente em todos os continentes e em 83 países. A partir de 1878, a Nestlé passou a fabricar também o leite condensado, que chegou ao Brasil em 1890. O produto levava o rótulo original e, embora o nome estampado fosse “milkmaid”, logo ficou conhecido por Leite Moça, já que a tradicional camponesa suíça carregando um balde de leite ilustrava o rótulo. O Brasil é o único país do mundo a adotar oficialmente nome diferente do original.

A origem da Nestlé Brasil mistura-se à história do leite moça, já que a empresa se instalou no País no ano de 1921, exatamente para produzir o leite condensado “milkmaid”. Depois da farinha láctea, do leite condensado e do leite em pó, começou o processo de disseminação pelo mundo do uso do café solúvel. O desenvolvimento do café solúvel está baseado na origem da antiga ligação da Nestlé com o nosso país.

No início de 1930, uma delegação do Instituto Brasileiro do Café procurou o então Presidente da empresa, que havia morado no Brasil, solicitando-lhe o desenvolvimento de um método para desidratar o café, sem que perdesse as qualidades de aroma e sabor, quando reidratado com água quente. Depois de três anos de pesquisa, surgia o Nescafé, que, após a Segunda Guerra, passaria a ser fabricado no Brasil, a partir de 1953. Hoje, com uma produção bastante diversificada, a marca Nestlé abrange chocolates, biscoitos, sorvetes, águas minerais e até rações para animais.

A política da empresa, em todos os países onde opera, observa os objetivos de desenvolvimento do milênio, de acordo com a ação coordenada pela ONU, voltada para a sustentabilidade do planeta. Entre esses objetivos, salientam-se o fim da fome e da miséria; a redução da mortalidade infantil; a educação básica de qualidade para todos; a valorização da mulher e o respeito ao meio ambiente. Hoje, as 31 fábricas da Nestlé espalhadas pelo País mostram uma grande participação na comercialização de produtos de origem agropecuária, sendo as maiores compradoras de leite e as maiores exportadoras de café solúvel do Brasil. A empresa está presente em Minas Gerais, oferecendo trabalho e renda à população do Norte do Estado, com sua fábrica de leite condensado em Montes Claros, além de produzir o leite Ninho, em pó, nas plantas de Ibiá e Ituiutaba, respectivamente no Alto Paranaíba e no Triângulo. A Nestlé ainda possui fábricas instaladas em São Lourenço, onde é produzida água mineral e, em Teófilo Otoni, responsável pela produção de pré-condensado.

Ser funcionário da Nestlé consiste em viver uma situação privilegiada, atestada por uma das mais baixas rotatividades da força de trabalho no mercado, de apenas 5% ao ano, sendo 20 anos a média de tempo de serviço na empresa. O compromisso com os direitos humanos na esfera das empresas é rigidamente obedecido, com a garantia de associação e o reconhecimento dos direitos de negociação coletiva, a abolição do trabalho infantil e da discriminação no emprego, além do estímulo às tecnologias ambientalmente amigáveis. Entre seus princípios organizacionais, destacam-se ainda medidas anticorrupção em todas as relações com seus parceiros de negócios. A Nestlé requer que sua administração e seus empregados evitem atividades pessoais e interesses financeiros que possam conflitar com o compromisso no seu trabalho.

Estas nove décadas da empresa no País, sobretudo por sua ativa presença em Minas Gerais, merecem, pois, todo o apoio do povo mineiro, representado nesta casa, justificando esta merecida homenagem. Parabéns ao Dr. Zurita e a todos os seus colaboradores e funcionários. Agradeço a presença de cada um. Muito obrigado, Dr. Zurita, o senhor pode contar com Minas Gerais para o desenvolvimento da Nestlé. Muito obrigado a todos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé Brasil, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A Nestlé, líder mundial no ramo de nutrição, relaciona, entre seus princípios empresariais, o cuidado com a empresa, com seus colaboradores e com os milhões de consumidores. A competência de seus gestores permite que a Nestlé alie a busca de produtividade à cultura da boa alimentação, ao respeito pelo consumidor e pela identidade de cada povo. Minas Gerais se orgulha de abrigar cinco das grandes unidades industriais da empresa no Brasil e de ser seu principal polo de captação de leite e de café. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à seriedade e pujança da Nestlé do Brasil, tem a elevada satisfação de participar da comemoração dos seus 90 anos em solo brasileiro”.

O Sr. Presidente - A Presidência convida o querido Vice-Governador para nos acompanhar neste momento para fazermos a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Ivan Zurita

Exmos. Srs. Deputados Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Jayro Lessa, 3º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem importante para nossa companhia; senhores políticos, Secretários de governo e demais autoridades. Na pessoa do meu estimado amigo Carlos Melles, cumprimento todos os Secretários que fazem parte do governo de Minas Gerais e que nos deixam muito felizes com sua presença. Senhoras e senhores, boa noite a todos.

É com imensa satisfação e alegria que recebo esta homenagem em nome do grupo Nestlé no Brasil. Agradeço a todos pela presença, especialmente ao Deputado Jayro Lessa, pela iniciativa de honrar a Nestlé nesta oportunidade. Ao cumprir 90 anos de Brasil, também reafirmamos nossa identidade, os valores que sempre moveram nosso compromisso de oferecer à sociedade brasileira uma parceria de desenvolvimento e sucesso.

Presente neste Estado com cinco fábricas – Montes Claros, Ibiá, Teófilo Otoni, Ituiutaba e São Lourenço – a Nestlé é, antes de tudo, uma empresa multinacional de sabor local. Além disso, é uma empresa tradicional em suas raízes, mas moderna e ágil, que dá suporte ao desenvolvimento da comunidade e se renova, graças à prática da criação de valor



compartilhado. Isso significa que fazer negócio com a Nestlé só tem sentido se garante a qualidade e a sustentabilidade, agregando valor ao ambiente, à economia local e aos múltiplos aspectos sociais. Essa atitude que adotamos desde a origem desta organização contempla todos os nossos “stakeholders”, do acionista ao consumidor, e abrange todas as práticas da organização, indo desde a especificação das matérias-primas, aos benefícios de nutrição, saúde e bem-estar que oferecemos à sociedade no nosso cotidiano.

São esses consumidores, precisamente, que têm concedido brilho à trajetória dos nossos primeiros 90 anos no Brasil e nos têm reconhecido, muitas vezes, como fizeram recentemente, como a empresa de maior prestígio do País, como a marca de maior confiança do consumidor, como a marca mais valiosa de 2010 e a empresa de melhor reputação no Brasil. Tais distinções, senhoras e senhores, constituem para nós o maior tributo, a qualidade e a prioridade dos nossos produtos, e a transparência que rege o relacionamento da nossa companhia com todo o seu público.

Portanto, comemorar 90 anos com esse nível de aceitação simboliza a nossa ligação, o nosso afeto por este país, porque a Nestlé veio para sempre. Nesta saga, meus amigos, a Nestlé não poderia chegar e se estabelecer sozinha num país de dimensões continentais e de variedade cultural, como é o nosso. Graças ao apoio das autoridades, temos contado com a confiança dos governos, como este de Minas Gerais, onde a Nestlé proporciona mão de obra a mais de 15 mil colaboradores, direta e indiretamente. Por outro lado, é este o Estado que nos fornece 1 bilhão de litros de leite por ano. É este o Estado que nos fornece 2 bilhões de sacas de café por ano, entre outras matérias-primas importantes. Os tributos que refletem nosso compromisso com Minas Gerais atingem aproximadamente R\$120.000.000,00 anuais.

Em programas sociais, participamos com o Projeto Nutrir. Já proporcionamos educação nutricional a mais de 25 mil crianças. O programa Nestlé até Você beneficia mil mulheres, às quais permite inclusão social e geração de renda, com a venda porta a porta.

Senhores, este é o Estado no qual se produz o Leite Moça, que sai de Montes Claros para o Brasil e para o mundo. O Leite Moça é um dos produtos pioneiros da nossa organização no Brasil e, por isso, no momento da comemoração dos 90 anos, Minas Gerais ocupa uma posição especial também pelo afeto da Nestlé Brasil. Hoje, vendem-se 7 latas por segundo de leite condensado em Minas Gerais.

Mas, se é verdade que nossa presença aqui torna-se cada vez mais marcante, isso se deve, por outro lado, às características propícias que o Estado oferece. A forte tradição culinária dos mineiros nos leva a homenagear, a cada dia, a excelente cozinha. A nossa plataforma de comunicação, acreditamos, reflete e traduz bem essa tradição: “A cozinha está no coração dos mineiros e é na cozinha que a gente se encontra”. Esse é um pouco do carinho da nossa organização, onde aprendemos, com o tempo, a conviver, conjuntamente, com transparência, seriedade e trabalho. Isso nos levou, ontem, a inaugurar a cozinha-escola, no Mercado Central de Belo Horizonte. Esse projeto não só valoriza formalmente a gastronomia regional, mas também permitirá aos frequentadores do mercado e profissionais de “food services” a trocar experiências e participar de aulas gratuitas com “chefs” reconhecidos.

Senhores, nossas raízes já estão neste país há 90 anos. Por isso, repito que a Nestlé chegou para sempre. Podemos declarar que as conquistas desses 90 anos da Nestlé no Brasil são de todos nós, de toda a sociedade com a qual temos compartilhado todos os momentos. É verdade, todos os momentos. As pesquisas indicam que estamos presentes em 98% dos lares dos consumidores brasileiros em todas as faixas etárias.

Para conhecer e estar mais próxima desse consumidor, a Nestlé fundou o primeiro serviço de atendimento ao consumidor há 50 anos. O consumidor é a nossa razão de ser, e com ele a Nestlé tem construído uma história comum que teve início em 1921, a partir de um pequeno laticínio no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Araras. Hoje, contamos com 31 fábricas em vários Estados brasileiros. Oferecemos 19 mil postos de trabalho diretos e 220 mil indiretos. São 145 marcas distribuídas em 25 categorias, abrangendo a produção de 1.605 produtos diferentes.

Trabalhamos com 44 mil fornecedores e estamos presentes em mais de 300 mil pontos de venda no Brasil. A Nestlé está presente em quase 100% dos lares. Portanto, consideramos que a Nestlé é brasileira.

Senhores, se a Nestlé hoje é parte do cenário e da história do nosso país, esse patamar somente foi alcançado porque nós, brasileiros, oferecemos condições propícias ao empreendedorismo e à inovação.

Graças a esse potencial de desenvolvimento, ao avanço das condições sociais e econômicas dos últimos anos, à crescente exigência do consumidor brasileiro e à força cada vez mais determinante do nosso país no cenário mundial, o Brasil é uma prioridade do Grupo Nestlé em nível internacional.

Por tudo isso, sinto-me honrado, também como brasileiro, pela homenagem que hoje a Nestlé recebe: é o nosso país que proporciona, por suas condições naturais e sua vocação ao desenvolvimento, um panorama favorável à construção do futuro global, onde Minas Gerais tem um papel preponderante.

Eu diria que se torna mais fácil galgar o sucesso quando o desafio é factível. É o caso da Nestlé no Brasil, porque o investimento encontra neste país um cenário favorável e isso faz toda a diferença. Não poderia, portanto, ser maior a minha satisfação, nesta comemoração em que vejo os dois lados vencedores: o meu país e a empresa que represento, reunidos por laços de indelével confiança.



É essa a direção que continuará norteando as iniciativas do Grupo Nestlé em nosso país. Queremos continuar sendo coautores nessa missão, porque a Nestlé Brasil hoje é a segunda Nestlé do mundo, de todos os países onde produzimos e comercializamos, obviamente graças às oportunidades crescentes de um País jovem e dinâmico, que oferece muitas oportunidades para quem tem a vocação de acreditar e crescer, e principalmente de poder projetar nosso país em nível internacional.

Agradeço a todos por nos prestigiarem nesta cerimônia. Tomo a presença de cada um dos senhores como um presente à Nestlé pela celebração de sua trajetória de busca e oferta permanente de nutrição, saúde e bem-estar. Obrigado, Minas Gerais. Obrigado a todos os senhores.

Reafirmo aqui, como representante do Grupo Nestlé Brasil, o nosso compromisso da continuidade dos investimentos, da geração de emprego e dos impostos. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes para assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Coral Canarinhos de Itabirito, que, sob a regência do maestro Eric Lana, apresentará as músicas “What a mighty God”, de Eric McDaniels, “Paisagem da Janela”, do Clube da Esquina, e “Emoções”, de Roberto Carlos.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, dileto amigo, que por 16 anos foi Deputado Estadual e teve a felicidade de presidir esta Casa e deixou para os mineiros algo reservado, indelével, representando para todos um legado altamente precioso. Legado esse que inspira permanentemente os Deputados e Deputadas desta Casa. Seja bem-vindo mais uma vez, querido Vice-Governador Alberto Pinto Coelho. Com muita alegria, saúdo o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé Brasil, uma figura extraordinária. Cumprimento ainda o Exmo. Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, estimado amigo, inteligente, aplicado, dedicado e autor deste requerimento, que nos propiciou este belo momento de emoção, conforme externado por esse coral lindo, denominado Canarinhos de Itabirito. Sejam bem-vindos. É muito bom recepcioná-los mais uma vez. Foi um “show” de alegria, de encanto e de encantamento. Aproveito o ensejo para cumprimentar o amigo José Nogueira Soares Nunes, o meu querido e fraterno amigo Roney e, por meio deles, cumprimentar todos os empresários aqui presentes. Nesta oportunidade, na pessoa desse valoroso mineiro João Dornelas, que teve uma bela vida de serviços prestados à gloriosa Nestlé, quero saudar os 220 mil valorosos colaboradores da brasileira Nestlé. Quero cumprimentar com muita alegria todos os Secretários de Estado, Deputados Federais, queridos amigos Deputados Estaduais aqui presentes, Prefeitos, Vereadores, lideranças municipais, senhoras e senhores.

Comemorar os 90 anos da presença da Nestlé no Brasil e, especialmente em Minas Gerais, é motivo de muita satisfação para esta Assembleia, pois festejamos uma empresa que, ao longo de sua história, conquistou grande identidade com a vida dos brasileiros, especialmente pelos seus produtos ligados à alimentação infantil. Recordo-me neste momento, Ivan Zurita, do leite Ninho. Quantas vezes fui à mercearia do meu saudoso tio Nelson buscar esse leite Ninho.

Como afirmou seu ilustre Diretor-Presidente, o economista Ivan Zurita, “a Nestlé tem o gosto do Brasil, e boa parte dos brasileiros também tem o gosto da Nestlé”. Devo lhe dizer, caro Presidente, que esta Casa definiu como sua prioridade, com denodo, a pobreza e a desigualdade, que tanto ainda nos assombram. E, por esta razão, enxerga em seus propósitos uma grande sintonia com o grupo empresarial que V. Exa. dirige e que, ao produzir alimentos em larga escala, certamente, está contribuindo para integrar milhões de brasileiros ao que poderíamos chamar de cidadania do consumo.

Sabemos, Deputado Jayro Lessa, que desde sua fundação, na Suíça, a Nestlé demonstra uma permanente preocupação humanitária, por pesquisar e comercializar alimentos destinados a combater a mortalidade infantil.

Sabemos, também, que a Nestlé trouxe essa preocupação humanitária para as suas atividades no Brasil, de que é exemplo o compromisso assumido publicamente com o fim da fome e da miséria, além de sua pioneira bandeira pela redução da mortalidade infantil. Da mesma forma, saudamos o crescente respeito que a empresa vem demonstrando ao meio ambiente, atuando responsavelmente e tendo como meta a sustentabilidade de todo o planeta.

Cabe-me ainda, caro Presidente Zurita, reconhecer a atuação da Nestlé em Minas Gerais, em plantas industriais que transformam e comercializam produtos muito caros a nós, mineiros, como são o leite, o café e a água mineral. Por intermédio da Nestlé, Minas se faz presente hoje em todo o mundo. Sua ligação com os mineiros expressa-se também no reconhecimento à nossa culinária, parcela muito querida de nossa cultura e de nossa tradição, como demonstrado na cozinha-escola, recém-inaugurada no Mercado Central de Belo Horizonte, e que vem reforçar o movimento de valorização de nossa cozinha regional.

Caro Presidente, Ivan Zurita, creio que não é simples coincidência que a cidade de Araras, em São Paulo, onde, em 1921, foi criada a primeira fábrica do grupo em solo brasileiro, seja também a sua querida terra natal. Certamente há



muitas razões para que a empresa seja hoje conduzida pelo antigo estagiário, que construiu sua carreira inteiramente na companhia, com importantes passagens por outros países da América Latina. As razões que o levaram à Presidência, com certeza, explicam também o porquê de a empresa ser a mais procurada, em todo o País, para se trabalhar. Explicam, também, por que seus funcionários orgulham-se de pertencer aos quadros da maior empresa mundial de nutrição, saúde e bem-estar. Seus colaboradores, afinal, têm como exemplo a seguir o executivo Zurita, que sempre, sempre, Governador Alberto Pinto Coelho, acreditou nas oportunidades tanto da empresa quanto de nosso país. A crença que o motiva a agir e a decidir em busca dos melhores resultados é também, com toda a certeza, a de seus funcionários. São mais de 200 mil famílias vivendo dos salários diretos e indiretos pagos pela Nestlé Brasil, a maior compradora nacional de produtos agrícolas e que tem a louvável política de não importar matéria-prima.

É por todo esse grande exemplo de responsabilidade social, de compromisso com o Brasil e com Minas Gerais, e por sua necessária atuação como fonte mundial de nutrição e saúde alimentar que a Nestlé Brasil recebe, com todo o mérito, esta homenagem do povo mineiro representado nesta Casa. Muito obrigado, e que Deus continue iluminando a trajetória da brasileira Nestlé.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 26, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou como relator o Deputado citado a seguir: Projeto de Lei nº 925/2011, em turno único (Deputado Ulysses Gomes). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as repercussões dos investimentos da empresa Aperam na região do Vale do Aço; Tenente Lúcio (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater as questões pertinentes à pesca profissional no Estado e para discutir, nos Municípios de Nova Ponte, Sacramento, Uberlândia e Tupaciguara, a pesca esportiva; Duílio de Castro em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o turismo ferroviário no Estado; Ulysses Gomes em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações relativas aos trâmites para a pré-seleção das subsedes da Copa no Estado, de forma a permitir antecipar ações de articulação com os Municípios interessados em candidatar-se a "Base Camps". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas - Duílio de Castro.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2011

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.987/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite), e 1.988/2011, em turno único (Deputado Fabiano Tolentino). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 639/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Perrella); 1.612/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Marques Abreu); 1.851/2011 (relator: Deputada Gustavo Perrella); 1.942/2011 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do



Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino, Adelmo Carneiro Leão e Gustavo Perrella em que solicitam seja elaborada agenda de atividades desta Comissão, com os eventos e temas que mencionam, de modo a dar prosseguimento às sugestões colhidas durante a realização do Fórum Democrático para Desenvolvimento de Minas Gerais com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e juventude do Estado; seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade e a situação física desses equipamentos, bem como os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação; seja encaminhado ofício às instituições públicas e federações esportivas, à Fiemg, à ACMG e a outras entidades interessadas instruindo sobre a publicação da cartilha "Lei de incentivo ao esporte", constante no "site" da ALMG, com vistas a promover campanha orientadora sobre as formas de captação de recursos materiais e financeiros públicos para a realização de projetos esportivos. A Presidência recebe, para apreciação posterior, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Humberto Garcia Bonamichi, técnico do time de Ouro Fino, pela vitória na 5ª Copa COE de Pouso Alegre. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Tadeu Martins Leite – Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/8/2011

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, João Vítor Xavier e Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o convênio de cooperação celebrado entre a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SenaiMG -, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sectes - e o governo do Estado de Minas Gerais para o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras e para a difusão do conhecimento científico e tecnológico no Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Nárccio Rodrigues da Silveira, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Marcílio César de Andrade, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais; José Eustáquio Drumond, Gerente de Tecnologia do Senai, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, Presidente da Fiemg; Vander Ferreira Rodrigues, Presidente da Associação dos Servidores de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Paulo Gazzinelli, Consultor em Planejamento e Gestão em Ciência e Tecnologia; e Jose Roosevelt Perreira, Pesquisador Aposentado do Cetec, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra cada um por sua vez, aos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, autores do requerimento que deu origem ao debate para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Bosco, Presidente – Paulo Lamac – Neilando Pimenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/8/2011

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Ana Rosa Mendonça Lasmar, Prefeita Municipal de Ribeirão Vermelho, publicada no "Diário do Legislativo" de 30/7/2011; da Sra. Eika Oka de Melo, Prefeita Municipal de Barroso, e do Vereador Hélio Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, publicados no "Diário do Legislativo" de 4/8/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais

designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 431, 1.922, 1.990, 2.003/2011, em turno único, e 464/2011, no 1º turno (Deputado Elismar Prado); 1.945/2011, em turno único (Deputado Rômulo Veneroso); 1.963/2011, em turno único (Deputada Luzia Ferreira); e 2.072/2011, em turno único (Deputado Tenente Lúcio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.263, 1.286 e 1.288/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, para posterior apreciação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sesc-MG pela inauguração do espaço cultural Sesc Palladium. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Elismar Prado (2) em que solicitam sejam enviados ofícios: ao Governador do Estado para que, no processo em curso de definição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Política Cultural, seja referendada a escolha de cada uma das áreas artístico-culturais, com a designação do candidato mais votado em cada uma delas, para membro efetivo do referido Conselho, e ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Cultura para que reavaliem a composição do Conselho Estadual de Política Cultural, bem como o sistema de lista tríplice para designação de seus membros que são representantes da sociedade civil para a próxima composição do Conselho; e do Deputado Elismar Prado em que solicita seja encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte cópia das notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 9/8/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Rômulo Veneroso - Carlos Mosconi.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2011

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bruno Siqueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente comunica o recebimento de ofício do Deputado André Quintão justificando sua ausência na reunião de 4/8/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados e a Deputada citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.249, 2.250, 2.263 e 2.267/2011 (Deputado André Quintão); 2.253, 2.256, 2.257, 2.260 e 2.265/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.243, 2.252, 2.255, 2.261, 2.264 e 2.268/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.245, 2.246, 2.258 e 2.269/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.247, 2.251, 2.262 e 2.270/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.244, 2.248 e 2.259/2011 (Deputada Rosângela Reis); e 2.266/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.889/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição). Nesse momento, o Deputado Cássio Soares comparece no recinto. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.247, 1.726/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares, o primeiro projeto em virtude de redistribuição); 1.495/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.575/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 1.536/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição); e 1.554/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). São convertidos em diligência às Secretarias de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social o Projeto de Lei nº 1.747/2011 e às Secretarias de Estado de Esportes e da Juventude e de Desenvolvimento Social o Projeto de Lei nº 1.789/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Nesse momento, o Deputado Cássio Soares retira-se do recinto. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.812/2011 e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 248, 723 com as Emendas nºs 1 a 7 (emenda de autoria do Deputado Délio Malheiros foi acatada pelo relator), 1.162, 1.565 com a Emenda nº 1, 1.716 na forma do Substitutivo nº 1, 1.753 e 1.866/2011 (relator: Deputado Bruno Siquera, em virtude de redistribuição); em turno único, o Projeto de Lei nº 1.836/2011 e, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 384, 835 e 1.631/2011, todos na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); em turno único, o Projeto de Lei nº 1.886/2011 e, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 278 (relator: Deputado Sebastião Costa, o segundo em virtude de redistribuição); em turno único, o Projeto de Lei nº



1.986/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 439, 746, 1.009 e 1.732/2011, todos na forma do Substitutivo nº 1, e 726/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique, o último em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência à Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao Secretário de Estado de Trabalho e Emprego o Projeto de Lei nº 1.861/2011, ao DER-MG o Projeto de Lei nº 1.946/2011, à Secretaria de Estado de Fazenda os Projetos de Lei nºs 848 e 1.139/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, o último em virtude de redistribuição); à Ruralminas o Projeto de Lei nº 1.336/2011, à Seplag o Projeto de Lei nº 1.692/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); à Secretaria de Estado da Saúde o Projeto de Lei nº 1.487, à Seplag o Projeto de Lei nº 1.781, à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.949/2011 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor dos requerimentos: Deputado Sebastião Costa); à Seplag o Projeto de Lei nº 1.725/2011, à Secretaria de Estado de Saúde os Projetos de Lei nºs 1.823 e 1.872/2011, às Secretarias de Estado de Saúde e de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.859/2011 e às Secretarias de Estado de Saúde e de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.966/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); à Secretaria de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.754/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 872, 751, 1.241, 1.434, 1.595 e 1.760/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o último em virtude de redistribuição); 1.126, 1.217, 1.284 e 1.435/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 1.177 e 1.317/2011 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor dos pareceres: Deputado Sebastião Costa). Anunciada a votação do parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 7/2011, no 1º turno, é aprovado requerimento de autoria do Deputado Bruno Siqueira em que solicita o adiamento da votação. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 9 e 440/2011 deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Bruno Siqueira, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 712/2011, no 1º turno, o Presidente solicita vista do referido parecer. Os Projetos de Lei nºs 1.194 e 1.833/2011 são retirados da pauta atendendo-se, respectivamente, a requerimentos da Deputada Rosângela Reis e do Deputado Bruno Siqueira aprovados pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.515/2011 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Bruno Siqueira. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.911/2011, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Bruno Siqueira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer que conclui pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 611/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.460 e 2.054/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor dos pareceres: Deputado Luiz Henrique); 1.511 e 2.081/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, é aprovado requerimento em que se solicita seja baixado em diligência ao Presidente do Tribunal de Justiça o Projeto de Lei nº 1.850/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Delvito Alves – Luiz Henrique – Rosângela Reis – Cássio Soares – Bruno Siqueira – André Quintão.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2011

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Fred Costa, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 170/2011, no 1º turno (Deputado Neider Moreira) e 839/2011, no 1º turno (Deputado Fred Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 898/2011 (relator: Deputado Fred Costa) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 1.281/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa) e 1.971/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª

Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.283, 1.290 e 1.292/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Adiada a votação, a pedido do Deputado Neider Moreira, do requerimento de autoria do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública, no Município de Montes Claros, com a finalidade de discutir a política remuneratória e o plano de carreira dos agentes de segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Délio Malheiros – Neider Moreira – Bonifácio Mourão.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2011

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Omar de Castro Ribeiro Júnior, Diretor Superintendente da Autopista Fernão Dias, Leonardo Carreiro Albuquerque, Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes (substituto), (6/8/2011). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 765/2011 (relator: Deputado Célio Moreira); e 955/2011 (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 634, 677, 970 e 1.185/2011 com as Emendas nºs 1, e 678/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento 1.293/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providência para que agilize o processo de implantação de duas passarelas na Rodovia MG-424, sendo uma no Km 6,8 e outra no Km 7,6, no trevo de São José da Lapa; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providência para que estude a viabilidade de realizar as obras visando à duplicação da MG 497, localizada no Triângulo; Carlin Moura em que solicita seja realizada uma visita desta Comissão ao Km 424,3 da BR-381 (Rodovia Fernão Dias), na altura do Bairro Jardim Piemonte, no Município de Betim, divisa com o Município de Contagem e com localização próxima ao Posto 13 de Maio, com objetivo de verificar as condições de trafegabilidade no local e a necessidade de instalação de passarela para pedestres; Vanderlei Miranda em que solicita seja encaminhado à Setop e ao DER-MG pedido de providências para instalar redutor de velocidade no trevo de acesso ao Município de São José da Lapa na MG-424 e, ainda, que sejam enviados a esta Casa o estudo técnico que estipulou as velocidades máximas e os nomes dos responsáveis pela instalação dos radares e placas de sinalização no local mencionado acima; solicita ainda, pedido de informação sobre a previsão de instalação de passarelas na MG-424; Adalclever Lopes (3) em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Caratinga, com a finalidade de discutir a invasão da Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdalla pelas obras da BR-474, com a manutenção do atual projeto executivo; seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Lambari, com a finalidade de discutir a deposição de resíduos sólidos urbanos daquela cidade (lixão); seja realizada reunião de audiência pública na cidade de Caratinga para discutir a possibilidade de municipalização de trecho da Rodovia Estadual MG-329 (do Km 0 ao Km 3 da estrada Caratinga - Bom Jesus do Galho), atendendo a solicitação da Associação Comercial e Industrial de Caratinga - Acic. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2011**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Cássio Soares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Cel. BM Ezequiel Silva, Diretor de Apoio Logístico do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e Denílson Aparecido Martins, Presidente do Sindipol-MG (6/8/2011). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou como relatora a Deputada Maria Tereza Lara: Projeto de Lei nº 1.954/2011, em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 426/2011, no 1º Turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado a requerimento do relator, Deputado Cássio Soares, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.284/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é rejeitado requerimento da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais pedido de informações sobre a suposta maquiagem e manipulação nas ocorrências da PMMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Gustavo Valadares, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Luiz Henrique.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Augusto Monteiro Guimarães, Presidente da Fundação Ezequiel Dias, que comunica que a Organização Mundial de Saúde confirmou, em 27/7/2011, a pré-qualificação do laboratório de Análise de Medicamentos da Fundação Ezequiel Dias - Funed -, como referência no controle de qualidade de medicamentos para a região das Américas; e ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no "Diário do Legislativo" em 6/8/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.957/2011 (Deputado Neider Moreira); e 1.959/2011 (Deputado Hely Tarquínio), ambos em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Délio Malheiros e Carlos Mosconi em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a destinação do lixo hospitalar de Belo Horizonte e Região Metropolitana; e Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião para conhecer e debater, em audiência pública, as iniciativas de controle e combate à infecção hospitalar e à proliferação de "superbactérias" no Estado. Ato contínuo, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Doutor Wilson Batista, Neider Moreira e Carlos Mosconi em que solicitam sejam realizadas visitas à Secretaria de Estado de Saúde e ao Governador do Estado para debater a situação precária em que se encontram os hospitais regionais no Estado; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a Política de Formação Profissional desenvolvida pela Faculdade de Medicina da UFMG; e da Deputada Liza Prado, na forma do Substitutivo nº 1, em que solicita ao Presidente da Casa a utilização dos meios de comunicação institucionais para promover a campanha que alerta sobre os malefícios do uso do sal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Wilson Batista - Neider Moreira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão.

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Desembargador Cláudio Costa, por meio da qual agradece o convite para o debate público “Transferência de Recursos Federais para os Municípios pela Caixa Econômica Federal”; do Sr. Paulo Rogério Ayres Lage, encaminhada por meio do debate público referente ao Plano Nacional de Mineração, por meio da qual apresenta sua contribuição referente ao tema em questão ; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: das Sras. Vânia Soares Rodrigues, bibliotecária do Instituto Histórico Israelita Mineiro (14/7/2011); Dorothea Werneck, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, (30/7/2011); Jussara Maria Rocha, Superintendente de Políticas de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (30/7/2011); Virgínia Maria Bueno, Chefe da Divisão de Atendimento; e do Sr. Manoel Ricardo Palmeira Lessa, Superintendente Regional Sudeste do INSS (14/7/2011); dos Srs. Fábio Pimenta Esper Kallas, Subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Djalma Bastos de Moraes (2), Presidente da Cemig (30/6/2011 e 14/7/2011); Bilac Pinto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (14/07/2011); Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa (14/7/2011); Haroldo Cunha Abreu, Presidente da Amav e Prefeito do Município de Prudente de Moraes (30/7/2011); Paulo Fernando Rodrigues Lopes(2), Diretor de Operações Sudoeste da (30/7/2011); Itamar Ribeiro Toledo, Prefeito Municipal de Dona Euzébia (6/8/11); Oswaldo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaíba (6/8/11); Camillo Fraga Reis, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (6/8/2011). Registra-se a presença do Deputado João Leite. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.145; 1.146; 1.182; 1.231; 1.265; 1.289 e 1.298/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação dos expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, diante do fechamento iminente desse espaço; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação da Comunidade Cassange Terra Vermelha, no Bairro Jaqueline, em Belo Horizonte, especificamente no que se refere à implantação de seu sistema de água e esgoto; reunião de audiência pública para debater a política de desenvolvimento urbano, principalmente no que se refere à verticalização dos Bairros Santa Lúcia e São Bento, em Belo Horizonte; reunião de audiência pública para debater a possibilidade de instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros Militar na região do Belvedere, na divisa com o Município de Nova Lima, com a finalidade de atender toda aquela região, inclusive os condomínios horizontais do entorno da MG-030, e para conhecer o trabalho realizado pela Brigada 1 - Combate Voluntário a Incêndios Florestais; Luzia Ferreira em que solicita reunião de audiência pública para debater a regularização fundiária do Conjunto Confisco, situado parte na região da Pampulha, Belo Horizonte, parte no Município de Contagem, bem como debater, sob o ponto de vista administrativo e geográfico, a integração do Conjunto Confisco à cidade de Belo Horizonte; Elismar Prado em que solicita reunião de audiência pública com convidados, para debater a expansão do transporte metroviário de Belo Horizonte, com a criação de novas linhas e a extensão de ramais para os Municípios de Betim e Contagem; Liza Prado e Dalmo Ribeiro Silva em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa pedido de providência para que a Escola do Legislativo firme parceria com o Ministério do Planejamento, com a finalidade de oferecer cursos direcionados para gestores municipais, associações de municípios e consórcios municipais, sobre "softwares" públicos para gestão municipal, tendo em vista que tais "softwares" foram desenvolvidos pelo Ministério e se destinam sobretudo a incrementar a arrecadação, bem como promover a economia de recursos, modernizar a gestão e melhorar a oferta de serviços públicos aos cidadãos; Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Presidente da República pedido de providências para que incremente a utilização dos "softwares" públicos desenvolvidos pelo Ministério do Planejamento, tendo em vista a potencial economia de recursos que poderá advir da utilização de tal ferramenta, em contraposição à utilização de outros tipos de "softwares", cuja aquisição recente demandou recursos da ordem de 20 milhões de reais, conforme debatido em audiência pública desta Comissão realizada em 6/7/2011; Rogério Correa e Paulo Lamac em que solicitam seja encaminhado ao Deputado Federal Padre João pedido de providência para que acompanhe na Câmara dos Deputados, em conjunto com a bancada mineira, o processo de municipalização do trecho da MGC-356, ocupado pela Vila da Reta, localizada no Município de Coimbra; seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Viçosa pedido de providência para que acompanhe o processo de municipalização da MGC-356, no trecho de dois quilômetros ocupado pela Vila da Reta, Município de Coimbra, com o objetivo de garantir aos moradores dessa localidade seus



direitos fundamentais à moradia e à segurança; seja encaminhado ao DER-MG e à Prefeitura Municipal de Coimbra pedido de providências para que o trecho de dois quilômetros localizado às margens da rodovia MGC-356, conhecido como Vila da Reta, seja transferido para a jurisdição municipal e para que sejam tomadas as providências cabíveis visando à regularização dessa localidade; Paulo Lamac em que solicita seja encaminhado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - pedido de providências para que remeta a esta Comissão a relação de códigos de endereçamento postal - CEP - correspondentes ao Bairro Castanheiras, localizado no Município de Sabará; seja encaminhado à ECT pedido de providências para que estude a viabilidade de distribuição domiciliar de correspondências no Bairro Castanheiras, em substituição à dinâmica atual, que utiliza caixas postais para a entrega de correspondências; seja encaminhado ao DER-MG e à BH TRANS pedido de providências para que melhorem as vias públicas que fazem a ligação entre as comunidades do Taquaril, em Belo Horizonte, e o Bairro Castanheiras; seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que melhore os serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos do Bairro Castanheiras; sejam encaminhadas à Agência da Região Metropolitana de Belo Horizonte e à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana cópias das notas taquigráficas da audiência pública que debateu a política de desenvolvimento urbano do Bairro Castanheiras; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a execução, no âmbito do Programa Processo, da pavimentação asfáltica do trecho que liga os Município de Belo Horizonte e Sabará, a partir do Bairro Castanheiras; sejam encaminhadas cópias das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta Comissão às Prefeituras e Câmaras Municipais de Sabará e Belo Horizonte, para que os Vereadores tomem ciência dos problemas que enfrenta o Bairro Castanheiras; seja encaminhado à BHTRANS pedido de providências para que seja realizada fiscalização ostensiva na Av. dos Andradas e na Rua Marzagânia com a finalidade de combater o despejo irregular de entulho; seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que reforce o policiamento e para que sejam realizadas "blitz" nos acessos a Sabará, especialmente nas Avenidas Borba Gato e dos Andradas, tendo em vista denúncias recebidas por esta Comissão do abandono de cadáveres no Bairro Castanheiras; seja encaminhado à Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de informações sobre a efetiva operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cuja finalidade seria disponibilizar recursos financeiros para a execução de ações de desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sobretudo no campo da infraestrutura do Bairro Castanheiras; Pompílio Canavez em que solicita reunião de audiência pública para debater a situação, a atuação e a estrutura física e de pessoal dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental em Minas Gerais; Almir Paraca e Pompílio Canavez em que solicitam reunião de audiência pública para conhecer a estrutura, as metas e a forma de atuação da Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; Almir Paraca em que solicita reunião de audiência pública no Município de Paracatu, para debater a implantação de um campus da Universidade Federal de Uberlândia em Paracatu, tendo em vista que a região Noroeste do Estado é a única que não dispõe de uma universidade federal; em que solicita reunião de audiência pública no Município de Curvelo para conhecer e debater questões referentes ao relacionamento da população desse Município com a Copasa e a administração municipal, especialmente no que se refere à captação e tratamento de esgoto e à cobrança de taxa por este serviço; seja realizada reunião de audiência pública no Município de São Sebastião do Maranhão para conhecer e debater questões referentes ao relacionamento da população desse Município com a Copasa e a administração municipal, especialmente no que se refere à captação e ao tratamento de esgoto e à cobrança de taxa por este serviço, tendo em vista solicitação nesse sentido recebida da Câmara Municipal. É aprovado relatório referente à visita feita à Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, realizada em 3/8/2011, que se encontra na pasta da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2011.

Almir Paraca, Presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, publicado no “Diário do Legislativo” em 6/8/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para subsidiar a Comissão com

informações sobre os serviços prestados pela Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência e para conhecer aos programas de governo do Estado afetos à pessoa com deficiência disponíveis aos cidadãos, dando-lhes publicidade; sejam encaminhadas à Sra. Ana Lúcia de Oliveira, Coordenadora Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência, sugestões de políticas públicas apresentadas à Comissão pelo Sr. Cláudio Antônio da Silva; seja encaminhado à Sra. Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos e ao Sr. Camillo Fraga Reis, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de providências para a confecção de credenciais e qualificação de profissionais para atendimento ao público, a fim de facilitar o acesso e possibilitar o livre trânsito das pessoas com deficiência nos veículos de transporte público; e para que sejam apurados os fatos trazidos a conhecimento desta Comissão pelo Sr. Cláudio Antônio da Silva, que afirma ter sido forçado a se retirar de um ônibus por não portar credencial; Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu (4) em solicitam seja realizado fórum técnico sobre a inclusão social da pessoa com deficiência, abordando os seguintes eixos temáticos: acessibilidade, educação e mercado de trabalho; seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Saúde para debater a política de órteses e próteses no âmbito do SUS; seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o acolhimento institucional da pessoa com deficiência no Estado; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre o número de profissionais formados em Libras nas secretarias do Estado. O Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, retira-se da reunião. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a Cinoterapia como método terapêutico para pessoas com deficiência e a ampliação do acesso a esse tipo de tratamento no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente – Sargento Rodrigues – Elismar Prado – Marques Abreu.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de cartão do Senador Aécio Neves comunicando o recebimento da nota técnica elaborada por esta Comissão sobre a dívida contraída pelo Estado junto à União. A seguir, faz a leitura da comunicação do Deputado Gustavo Perrella de que estará fora do país no período de 11 a 24/8/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2011 (Deputado Zé Maia); e Projetos de Lei nºs 687/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 1.106/2011 (Deputado Antônio Júlio); 1.120/2011 (Deputado Zé Maia) e 2.111/2011 (Deputado Doutor Viana), no 1º turno. Os Projetos de Lei nºs 1.012, 1.211, 1.024, 1.037 e 1.119/2011 são retirados da pauta, os dois primeiros por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais, e os outros em atendimento a requerimento do Deputado Antônio Júlio aprovado pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 427/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Ulysses Gomes); 725/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; e 1.037 e 1.130/2011 na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana). O Deputado Ulysses Gomes retira-se da reunião. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.132/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio). O Projeto de Lei nº 849/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Transportes e Obras Públicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 24/8/2011, às 10h30min, para colher subsídios para apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2011, em tramitação nesta Casa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente – Doutor Viana – Gustavo Valadares – Romel Anízio – Ulysses Gomes.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 30, 703, 708, 724, 1.316, 1.445, 1.447, 1.474, 1507 a 1.510, 1.512, 1.517, 1.518, 1.521, 1.523 a 1.525, 1.531, 1.538, 1.540, 1.541, 1.555, 1.564/2011 (Deputada Ana Maria Resende); 1.566, 1.567, 1.571, 1.578 a 1.581, 1.611, 1.622, 1.627, 1.628, 1.652, 1.679, 1.682, 1.683, 1.706 a 1.709, 1.712, 1.722, 1.738, 1.798, 1.806, 1.840 e 1.878/2011 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 724/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 30, 703, 708, 1.316, 1.445, 1.447, 1.474, 1507 a 1.510, 1.512, 1.517, 1.518, 1.521, 1.523 a 1.525, 1.531, 1.538, 1.540, 1.541, 1.555, 1.564, 1.566, 1.567, 1.571, 1.578, 1.579 a 1.581, 1.611, 1.622, 1.627, 1.628, 1.652, 1.679, 1.682, 1.683, 1.706 a 1.709, 1.712, 1.722, 1.738, 1.798, 1.806, 1.840 e 1.878/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gilberto Abramo - Luiz Henrique.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Pompílio Canavez, Duarte Bechir e Celinho do Sinttrocel (substituindo o Deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento de ofício da Sra. Fátima Regina França Farah, Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência do BNDES, publicada no “Diário do Legislativo”, em 6/8/11. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.333, 1.550, 1.735, 1.925, 2.024 e 2.051/2011 (Deputado Tadeu Martins Leite); 1.727, 1.951 e 1.980/2011 (Deputado Luiz Carlos Miranda); 226, 1.739, 1.999, 2.005, 2.026, 2.080 e 2.082/2011 (Deputado Pompílio Canavez); 1.678, 1.935, 1.958, 1.961, 1.976 e 2.067/2011 (Deputado Juninho Araújo) e 584/2011 (Deputada Rosângela Reis), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 756/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 413, 630, 972, 1.809, 1.827, 1.842, 1.880, 1.884, este com a Emenda nº 1, 1.885, 1.893, este com a Emenda nº 1, 1.894, 1.913, 1.921, 1.923, 1.929, 1.938 e 2.016/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.294 e 1.301/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os casos de cancelamento de contrato entre o governo de Minas Gerais e empresas de teleatendimento em virtude de precárias condições de trabalho nos últimos oito anos, os mecanismos de controle usados pelo governo em relação a essas empresas e como se dá a análise desse trabalho no Estado; ao Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais pedido de cópia do laudo técnico pericial que permitiu a liberação do alvará de funcionamento das empresas Atento, Alma, Viva, Master, Brasil, Contax e AeC, que atuam no setor de teleatendimento em Belo Horizonte; ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico acerca da atuação das empresas de teleatendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses; à Agência

Nacional de Telecomunicações pedido de cópia de relatório crítico acerca da atuação das empresas de teleatendimento que se encontram em regular funcionamento no Estado nos últimos 24 meses; à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses; à Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de cópia de todos os contratos firmados entre essa Companhia e empresas de teleatendimento nos últimos 24 meses; ao Sr. Manoel Ricardo Palmeira Lessa, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Seguridade Social no Estado de Minas Gerais pedido de cópia do número de afastamentos por doença, por CID, dos trabalhadores de empresas de teleatendimento, pelo CNAE 8220, nos últimos 24 meses; à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais pedido de cópia do relatório dos autos de infração contendo a quantidade e motivos mais recorrentes de empresas de teleatendimentos mais atuadas por essa Superintendência; ao INSS pedido de cópia de todos os contratos firmados entre esse órgão e empresas de teleatendimento; à Prefeitura de Belo Horizonte pedido cópia de todos os contratos firmados entre a Prefeitura e empresas de teleatendimento; ao Ministério de Trabalho e Emprego pedido de informações sobre o aumento de investimento aos trabalhadores do setor de telecomunicações, bem como de não haver cortes na fiscalização do trabalho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Luiz Carlos Miranda - Pompílio Canavez.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/8/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o aumento do preço de combustíveis e o desabastecimento dos postos do Estado em decorrência de manutenção na Refinaria Gabriel Passos – Regap – e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Margareth Maria Cintra, Coordenadora de Pesquisa do Procon Assembleia, representando o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; Mônica Alves dos Santos, Gerente de Comunicação do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais; e os Srs. Vitor Márcio de Marco Meniconi, Gerente de Empreendimentos da Regap, representando o Sr. Paulo Maurício Bandeira de Mello, Gerente-Geral da Regap; Paulo Eduardo Rocha Machado, Diretor do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente desse Sindicato; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais; José Maria da Silva, Diretor do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos seguintes Deputados: Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhado ao Procon Assembleia pedido de providências para que sejam realizadas pesquisas semanais de preços de combustíveis em Belo Horizonte e no interior do Estado e seja formulado apelo ao Governador do Estado para que envie a esta Casa um projeto para reduzir a alíquota de ICMS sobre o álcool hidratado; Délio Malheiros e Liza Prado (2) em solicitam seja realizada visita à Refinaria Gabriel Passos para constatar a capacidade de produção e seja encaminhado à Petrobras pedido de modelo e cópia do contrato elaborado entre a refinaria e as distribuidoras; da Deputada Liza Prado e dos Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Duílio de Castro em que solicitam seja encaminhado apelo à Gasmig para que suspenda a veiculação da publicidade que compara o etanol e o gás natural. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2011.

Délio Malheiros, Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/8/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Fred Costa, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antonio Lerin, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Social) e Luiz Henrique (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o Presidente,

Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: do Sr. Antônio Carlos de Barros Martins, Presidente da Fhemig (16/6/2011); da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Educação; do Sr. Maurílio Soares Guimarães, Presidente da Emater-MG; do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado (30/6/2011); do Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo (2/7/2011); do Sr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; da Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, Chefe de Gabinete de Educação (14/7/2011); do Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF (30/7/2011); da Sra. Maria Isabel Rolla França, Superintendente Central de Política de Recursos Humanos (4/8/2011); do Sr. João Marques de Vasconcellos, Titular do Serviço de Registro de Imóveis de Contagem; do Sr. Bilac Pinto, Secretário de Desenvolvimento Regional, e do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado (6/8/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada visita ao Bairro Maria Tereza, em Belo Horizonte, para verificar a precária situação dos serviços públicos disponibilizados para a comunidade, particularmente o abastecimento regular de água, o fornecimento de energia elétrica e a ausência de pavimentação; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Segurança Pública para discutir, em audiência pública, a criação da Delegacia de Proteção Animal no Estado e a aplicabilidade da Lei Federal nº 9.605, de 1998; André Quintão, Fred Costa, Duarte Bechir, Gustavo Valadares e Luiz Henrique em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater a situação da população do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que sofre com a falta de água para consumo humano. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2011.

André Quintão, Presidente – Carlin Moura – Pompílio Canavez.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2011

Às 13h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Almir Paraca, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. Registra-se a presença do Deputado Elismar Prado. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a atuação da Copasa-MG no Município de Paracatu. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cláudia Araújo Torres, Secretária Municipal de Meio Ambiente, representando o Sr. Vasco Praça Filho, Prefeito Municipal de Paracatu, e Beatriz Paula de Azevedo Pires, Bióloga da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paracatu; e os Srs. Rosival Araújo, Vereador, representando João Jesus Macedo, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu, e João Batista da Silveira, Chefe do Departamento Operacional Oeste, representando o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. São recebidos os seguintes documentos: cópia do “Contrato de Programa”, firmado entre a Copasa-MG e a Prefeitura Municipal de Paracatu; Ofício nº 16/2011, da Presidência da Câmara Municipal de João Pinheiro, solicitando a realização de audiência pública para debater a atuação da Copasa-MG nesse Município; e carta subscrita pelo Sr. Messias Pinto Baraúna, referente ao tema objeto de discussão na referida audiência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2011

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Jayro Lessa (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir denúncia de abuso sexual praticado contra crianças e obter esclarecimentos sobre a possível atuação criminosa do Judiciário do Estado do Paraná durante a



apuração dos fatos. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Adriana Dias Horta; Melissa Albuquerque, advogada; Iolanda José de Souza; Júnia Maria de Abreu Dias; e os Srs. Francisco Sales Dias Horta e William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Celinho do Sintrocel em que solicitam seja requerido ao Presidente desta Casa, na condição de Presidente do Conselho da Ordem do Mérito Legislativo do Estado, a admissão do Senador Paulo Paim nessa Ordem, no grau Mérito Especial, em função de sua relevante atuação como parlamentar no Congresso Nacional na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e aposentados; Durval Ângelo (5) em que solicita sejam encaminhadas aos Deputados Federais e Senadores eleitos por Minas Gerais as notas taquigráficas da 1ª Reunião Especial das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e pedidos de providências para que apoiem o Projeto de Lei nº 271/2008, em tramitação no Senado Federal, para que se empenhem na aprovação do Projeto e para que se empenhem na derrubada do veto presidencial ao dispositivo do Projeto de LOA que prevê aumento para os aposentados, igual ao do salário mínimo; seja realizado debate público sobre o tema "Sala Escura da Tortura" para discutir as violações de direitos humanos, sob a forma de abuso de autoridade por meio da prática de tortura de presos políticos durante o regime militar instaurado em 1964; sejam encaminhadas ao Sr. Valdemir Rocha, Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que seja afastado preventivamente o Desembargador Rafael Augusto Cassetari; sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Paraná as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para apuração de denúncias envolvendo o policial civil Marcelo Soares Cesário e Sebastião Afonso; sejam encaminhadas ao Vice-Governador do Estado do Paraná, ao Conselho Nacional de Justiça, à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, à Corregedoria do STJ, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Constitucionais-CAO-DC e Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Estado do Paraná as notas taquigráficas desta reunião e pedidos de providências para apuração dos fatos ali narrados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Duarte Bechir - Neilando Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO REGIONAL DA CIPE RIO DOCE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2011

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis, membro da supracitada Comissão. A Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120 do Regimento Interno e informa que a reunião se destina a apresentação de palestras (seguidas de debates), por representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, da Fundação Nacional de Saúde, do IEF e da Emater-MG sobre os seguintes temas: Deliberações Normativas Copam nº 96/2006 e 128/2008, que convocam os Municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgoto e saneamento ambiental na Bacia do Rio Doce; programas dos Governos Federal e Estadual em prol do saneamento básico municipal; ampliação das áreas de vegetação nativa e recuperação de áreas degradadas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce; iniciativas da Emater-MG em ações de preservação ambiental. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cristiano Vasconcellos Araújo, Secretário Municipal de Meio Ambiente, representando Gustavo Henrique Prandini de Assis, Prefeito Municipal de João Monlevade; Carlos Roberto Lopes, Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade; Andréia Colli, Diretora Regional de Apoio Técnico, representando Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Franklim Otávio Coelho Mendonça, Chefe Departamento de Operação Leste, representando Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor da Copasa-MG; Ronaldo Lima Rodrigues, Gerente Regional, representando Maurílio Soares Guimarães, Presidente da Emater; Maria da Penha Carvalho, Presidente da Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Iusifith Shafith Felipe, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; e Vinícius Moraes Perdigão, funcionário da Emater-MG - Nova Era, que são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência



agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2011.

Carlos Henrique, Presidente - Rosângela Reis.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011

Às 9h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir e Neilando Pimenta (substituindo este ao Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Luiz Cláudio Machado Guimarães, preso da Penitenciária Dr. Manoel Martins Lisboa Júnior, no Município de Muriaé, solicitando a esta Comissão sua transferência para outro estabelecimento penal; e Leonardo Zegarra Mendes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Mário Campos, Brumadinho, Rio Manso e Bonfim – Sindmetal –, solicitando tomada de providências quanto às denúncias de agressão física e assédio moral sofrida por parte dos diretores da empresa Aquasolis Tecnologia Solar e Construções Ltda; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, no dia 18/8/2011: ofícios da Sra. e dos Srs. Maria Auxiliadora Viana Pinto, Defensora Pública; Carlaile Pedrosa e Toninho Pinheiro, Deputados Federais; Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Fazenda; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Promotor de Justiça; Elder Gonçalo M. Dangelo, Subcorregedor de Polícia Civil; Cel. PM Herbert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG; Rodrigo Grazinoli Garrido, Diretor do Instituto de Pesquisa e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; e Eli Murilo Araújo, Gerente de Operação da Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 375/2011 (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.933/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (6) em que solicita sejam encaminhadas ao Sr. Mário Lúcio Carreira Machado, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, as notas taquigráficas desta reunião, bem como manifestação de aplauso pela coragem em determinar a apuração da conduta da Juíza Maria José Starling e pela nomeação de Juiz para atuar na Comarca de Esmeraldas; seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncia de violação dos direitos humanos dos doentes renais crônicos que realizam diálise pela Prefeitura de Belo Horizonte e estão em risco de vida pelo descumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC-154/2004; seja realizada reunião de audiência pública para debater denúncia de possível perseguição do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais à enfermeira Fabiana Rocha Marques, que comunicou ao Conselho a contratação irregular de enfermeiro pelo Jaraguá Country Clube; sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral desta Casa cópias da matéria veiculada pelo jornal “Hoje em Dia”, em 22/8/2011, intitulada “Procuradores do TCE ganham superpoderes e usam até arma”, e da nota de esclarecimento expedida pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado, com pedido de providências para analisar a legalidade do ato em tela, considerando-se a função fiscalizadora deste parlamento; sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público as notas taquigráficas desta reunião e cópia dos documentos com o pedido de providências acima mencionados; sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião e manifestação de aplauso ao Sr. Juscelino José Magalhães, Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão das Neves e Juiz Substituto na Comarca de Esmeraldas, pela coragem em apurar irregularidades e possíveis desvios de conduta de comissários de menores e da Juíza Maria José Starling; e Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao Chefe de Polícia de Minas Gerais pedido de providências para autorizar o Instituto de Criminalística de Minas Gerais a realizar o exame de DNA da Sra. Maria dos Anjos, genitora da mineira Grazielle Marques Silva, bem como a comparação do resultado com o laudo de exame de DNA nº 104/2011, referente ao material genético colhido do cadáver apontado pela família como sendo da jovem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/8/2011**

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira, Jayro Lessa e Bosco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a colher subsídios para apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2011, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a política de estímulo à cidadania fiscal do Estado de Minas Gerais e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Evandro Luís Alpoim Freire, Coordenador de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária da Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares em que solicita sejam encaminhadas ao Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais e ao Deputado André Quintão, relator do Projeto de Lei nº 1.271/2011 na Comissão de Constituição e Justiça, as notas taquigráficas desta reunião, e também ao Presidente da Assembleia Legislativa com vistas a que determine a sua anexação ao referido projeto; e Zé Maia, Antônio Júlio, Doutor Viana, Ulysses Gomes, Bosco, Gustavo Valadares e Jayro Lessa em que solicitam sejam enviados agradecimentos ao Secretário de Estado de São Paulo pela participação do Sr. Evandro Luís Alpoim Freire, Coordenador de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária da Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo, nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Ulysses Gomes, Presidente - Célio Moreira - Gustavo Perrella - João Vítor Xavier.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28/2011, EM 25/8/2011

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rômulo Viegas, Sebastião Costa e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Duarte Bechir para atuar como escrutinador. Realizada a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Rômulo Viegas e para Vice-Presidente o Deputado Sebastião Costa, ambos por unanimidade. O Presidente avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada em 25/8/2011, às 15 horas, com a finalidade de apreciar o parecer de 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2011.

Rômulo Viegas, Presidente - Sebastião Costa - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.



2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.002/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja remetida a esta Casa cópia do relatório de fiscalização do transporte coletivo rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte sob jurisdição desse órgão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.095/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem rede de energia elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.106/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Seplag pedido de informações sobre os impactos na economia mineira e na região de Ouro Preto caso a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., instalada nesse Município, seja fechada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.109/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao BDMG pedido de cópia dos contratos e acordos selados entre a instituição financeira e a empresa Novelis do Brasil Ltda. e do relatório dos investimentos e empréstimos que o BDMG tenha contratado com a referida empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.110/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os relatórios das receitas diretas e indiretas que a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto, gera para o Estado; dos incentivos dados pelo Estado à referida empresa e das dívidas dessa empresa com o Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 765/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sabará. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 955/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Borda da Mata o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.378/2011, do Deputado Carlos Mosconi, que altera o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 15.904, de 15/12/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Orizânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 664/2011, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 447/2011, do Deputado Célio Moreira; 721 e 778/2011, do Deputado Délio Malheiros; 991 e 1.063/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.327/2011, da Deputada Ana Maria Resende; e 1.728/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.309/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 85/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 266/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.112/2011, do Deputado Cássio Soares; e 2.172/2011, da Deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 3/2011, do Deputado Elismar Prado; e 9/2011, da Deputada Rosângela Reis; Projetos de Lei nºs 712/2011, do Deputado Wander Borges; 744/2011, do Deputado Carlin Moura; 805/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 832/2011, do Deputado Carlin Moura; 8, 14, 15 e 24/2011, do Deputado Elismar Prado; 64 e 66/2011, do Deputado Fred Costa; 83/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 91/2011, do Deputado Fred Costa; 121 e 125/2011, do Deputado Elismar Prado; 171/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 211, 251 e 252/2011, do Deputado Elismar Prado; 268/2011, do Deputado Duarte Bechir; 276/2011, do Deputado Paulo Guedes; 294, 295 e 299/2011, do Deputado Elismar Prado; 315/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 317/2011, do Deputado Célio Moreira; 320 e 325/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 333/2011, do Deputado Elismar Prado; 344, 346, 348, 354 e 356/2011, do Deputado Fred Costa; 358/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 370 a 372/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 374/2011, do Deputado Célio Moreira; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 418, 419 e 421 /2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 434/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 443/2011, do Deputado Célio Moreira; 472, 482, 491 e 502/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 514/2011, do Deputado Duarte Bechir; 520/2011, do Deputado Zé Maia; 525/2011, do Deputado Elismar Prado; 565/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 588/2011, do Deputado Fred Costa; 645/2011, do Deputado Doutor Viana; 679 e 680/2011, do Deputado Luiz Henrique; 696 e 701/2011, do Deputado Arlen Santiago; 749/2011, do Deputado Durval Ângelo; 769/2011, do Deputado Sebastião Costa; 810/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 829/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 840/2011, do Deputado Délio Malheiros; 891 e 895/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 913/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 924/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.021 e 1.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.059 e 1.060/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.071 e 1.073/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.094 e 1.096/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.115, 1.129,

1.131 e 1.135/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.155/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.187/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.198/2011, do Deputado Deiró Marra; 1.206/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.219, 1.228, 1.238 e 1.258/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.265, 1.271 e 1.277/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.336 e 1.337/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.347/2011, do Deputado Durval Ângelo; 1.356/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.363 e 1.374/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.436/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.464/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 1.476/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.519/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.537/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 1.562/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.569/2011, do Deputado Luiz Henrique; 1.570/2011, das Deputadas Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Liza Prado, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 1.621/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.635 e 1.638/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.653/2011, da Deputada Liza Prado; 1.694/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite; 1.704/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.719/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 1.733/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.754/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.755/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.834/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.837/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.905/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado; 1.949/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.966 e 1.967/2011, da Deputada Liza Prado; 1.992/2011, do Deputado João Leite; 1.993/2011, do Deputado Antônio Genaro; 2.030/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.093/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.126/2011, da Deputada Liza Prado; 2.145/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.162/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.193/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.219/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.260/2011, do Deputado Fred Costa; 2.279/2011, do Deputado Luiz Henrique; 2.285/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.290/2011, do Deputado Fred Costa; e 2.294/2011, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.431/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.650/2011, do Deputado Luiz Henrique; 1.774 e 1.775/2011, do Deputado Delvito Alves; 1.930/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.101 a 2.104, 2.106, 2.107/2011, do Deputado Durval Ângelo; 2.108/2011, do Deputado Antônio Júlio; 2.114/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.116/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.119/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.120/2011, do Deputado Antonio Lerin; 2.127/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.129/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.130/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 2.133 e 2.134/2011, do Governador Alberto Pinto Coelho; 2.136/2011, do Deputado Antônio Júlio; 2.138/2011, do Deputado Neider Moreira; 2.140/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 2.141/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.146/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.147/2011, do Deputado Durval Ângelo; 2.149/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 2.166 a 2.168/2011, do Deputado Paulo Guedes; 2.170/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.175/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 2.182 e 2.183/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 179/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.361/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.363/2011, do Deputado Délio Malheiros; e 1.394/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 855/2011, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimento nº 1.390/2011, do Deputado Elismar Prado.
Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 327/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; e 1.067/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.954/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Requerimentos nºs 1.360/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.381, 1.382, 1.388 e 1.391/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.400/2011, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.909/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.987/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.988/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.065 e 2.069/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.074/2011, do Deputado Ulysses Gomes; e 2.096/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/8/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, com a presença de convidados, a situação da indústria e do comércio no Estado e avaliar seus reflexos na economia nacional e internacional e de receber o Deputado Agostinho Patrus, Secretário de Estado de Turismo, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1/2011

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco, Elismar Prado e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/8/2011, às 15h15min, na Sala das



Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/2011, do Deputado Elismar Prado e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública com convidados, a ser realizada em 2/9/2011, às 9 horas, no Salão Rural do Sindicato dos Produtores Rurais de Unaí, na Praça Sandoval Martins Ferreira, 1780, com a finalidade de debater a implantação, na região Noroeste de Minas, de um câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM -, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.678/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde – Ascocave –, com sede no Município de Cana Verde.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.678/2011 tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde – Ascocave –, com sede no Município de Cana Verde, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo incentivar a participação, a organização e a solidariedade, estimulando movimentos sociais de assistência nas áreas de saúde, esporte, educação, cultura, lazer, urbanização, transporte, justiça social e direitos humanos, em benefício, especialmente, dos moradores carentes do Município.

Com esse propósito, a instituição promove atividades educacionais, de formação geral e de informação; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação do meio ambiente; conscientiza a juventude sobre o combate às drogas e sobre a prevenção de doenças transmissíveis; opera serviços de radiodifusão; desenvolve atividades ligadas às tradições e à cultura da região.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Ascocave, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.678/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.935/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, com sede no Município de Coqueiral.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.935/2011 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, com sede no Município de Coqueiral, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo promover o desenvolvimento econômico e social do Bairro Jardim Eldorado e adjacências.

Com esse propósito, a instituição mantém uma horta comunitária; investe na construção da rede fluvial do bairro, de meios-fios e de uma praça com coreto; reivindica, perante as autoridades, a pavimentação do acesso ao bairro, a colocação de redutores de velocidade, a construção de estação de tratamento de esgoto e a instalação de iluminação pública; incentiva a reforma de casas e a limpeza de lotes; impede a criação de animais no perímetro urbano; distribui cestas básicas; defende a construção de creche para atender aos Bairros Jardim Eldorado, Novo Eldorado e do Trevo; proporciona a melhoria do convívio entre os habitantes do bairro por meio de atividades econômicas, culturais e desportivas.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.935/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.939/2011

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, com sede no Município de Montes Claros.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.939/2011 pretende declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, com sede no Município de Montes Claros, entidade de direito privado, sem fins lucrativos.

A instituição tem por escopo prestar assistência aos dependentes químicos nas fases de prevenção, recuperação e reinserção social, bem como apoiar a suas famílias.

Na execução de seu propósito, a entidade não faz discriminação, acolhendo todos que necessitam de amparo para se recuperar da dependência.

Pela relevância social do trabalho desenvolvido pela Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, consideramos meritória a intenção de lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.939/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.948/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Henrique, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Perdizense de Proteção dos Animais José Sabiá, com sede no Município de Perdizes.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.948/2011 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Perdizense de Proteção dos Animais José Sabiá, com sede no Município de Perdizes, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos animais e do meio ambiente.

Com esse propósito, a instituição fiscaliza o cumprimento da legislação vigente relacionada à proteção dos animais e do meio ambiente e recolhe animais abandonados ou extraviados, encaminhando-os, após tratamento, para a adoção por pessoas comprometidas em lhes dar tratamento adequado e digno. Além disso, defende o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promove campanhas de educação e conscientização e estimula o intercâmbio e a cooperação entre instituições de defesa dos animais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Perdizense de Proteção dos Animais José Sabiá, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.948/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.954/2011

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem como finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Setor 01 – Consep –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou preliminarmente a proposição e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.954/2011 visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Setor 01 – Consep –, com sede no Município de Ipatinga, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo colaborar com a defesa social, especialmente nas questões ligadas à prevenção criminal.

A instituição constitui, pois, um canal privilegiado, por meio do qual as autoridades policiais e de órgãos do sistema de defesa social poderão ouvir a comunidade, que contribuirá para que tais organismos operem em função de suas aspirações.

Para a consecução de seu objetivo, o Consep 01 congrega as lideranças comunitárias locais para auxiliarem no planejamento de ações integradas de segurança, visando à melhoria da qualidade de vida da população, propõe soluções para problemas ambientais e sociais e desenvolve o espírito cívico e comunitário de seus assistidos.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como propósito acrescentar à sigla da entidade a identificação de sua área de atuação, em conformidade com seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Consep 01 para a melhoria da segurança na comunidade em que atua, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.954/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Maria Tereza Lara, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.958/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro de Criatividade Caminho da Esperança, com sede no Município de Campo Florido.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.958/2011 tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Criatividade Caminho da Esperança, com sede no Município de Campo Florido, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a prestação de assistência social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades voltadas à proteção da família, da infância, do adolescente e da velhice; ao combate da fome e da pobreza, por meio da distribuição de alimentos e agasalhos; à promoção de cursos



profissionalizantes para a integração de seus assistidos ao mercado de trabalho; à prestação de serviços à comunidade; à realização de cursos de iniciação de atividades culturais e educacionais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Centro de Criatividade Caminho da Esperança, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.958/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.961/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por finalidade alterar o art. 1º da Lei nº 15.127, de 27/5/2004, que declara de utilidade pública a entidade Serviço Social Irmã Maria Ana Sala, com sede no Município de Muriaé.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a este órgão colegiado para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.961/2011 pretende alterar o art. 1º da Lei nº 15.127, de 2004, que declara de utilidade pública a entidade Serviço Social Irmã Maria Ana Sala, com sede no Município de Muriaé, em consequência da alteração estatutária, realizada em 16/2/2009, que modificou sua denominação para Voluntariado Irmã Maria Ana Sala.

Pela análise de seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título declaratório de utilidade pública pela referida Lei nº 15.127, de 2004, e tem como propósito a promoção de obras beneficentes, assistindo famílias em situação de vulnerabilidade por meio de doações, apoio integral a gestantes, incentivo ao aleitamento materno e à alimentação enriquecida; controle de disenteria e doenças respiratórias; prevenção de acidentes domésticos e da violência; ensino de atividades domésticas, culinárias, trabalhos manuais e costura.

Cabe destacar que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.961/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.989/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção Animal – Apa –, com sede no Município de Uberlândia.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.989/2011 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção Animal – Apa –, com sede no Município de Uberlândia, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos animais.

Com esse propósito, a instituição desenvolve ações para a proteção de animais silvestres e domésticos, combatendo seu aprisionamento, acorrentamento, sua manutenção em recintos de proporções reduzidas ou inadequadas, a pesca predatória, o abate por métodos que possam lhes causar sofrimento ou dor, a prática desportiva que lhes cause sofrimento, dor ou morte e os maus-tratos. Além disso, a entidade busca promover a educação da sociedade, visando à convivência harmônica entre homens e animais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação de Proteção Animal em defesa do equilíbrio do ambiente em que vivemos, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.989/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.
Luzia Ferreira, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.067/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila Angical, com sede no Município de Monte Azul.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.067/2011 visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila Angical, com sede no Município de Monte Azul, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo contribuir para a melhoria das condições de vida da população local, especialmente do segmento mais carente.

Com esse propósito, a instituição desenvolve projetos assistenciais voltados ao combate da fome e da pobreza, para minorar os efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano; à proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; à prestação de assistência médica e odontológica; à habilitação de pessoas com deficiência e sua integração na vida comunitária; à promoção da cultura, da educação, do esporte e do lazer; à defesa do meio ambiente; ao incentivo da agricultura familiar.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores da Vila Angical em prol do pleno exercício da cidadania dos moradores de Monte Azul, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.067/2011, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.
Juninho Araújo, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/8/2011

O Deputado Pompílio Canavez – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, boa-tarde. Quero utilizar a tribuna hoje para falar um pouco sobre a greve dos professores da rede estadual, que há mais de 70 dias tentam sensibilizar o governo do Estado para que cumpra a lei, concedendo o piso da categoria. Quero falar também sobre a Aneel e a Cemig.

Ouvi o Deputado Bosco, numa questão de ordem, anunciar que talvez hoje o governo do Estado apresente algumas novidades relacionadas com a reivindicação dos professores. Deputado Bosco, o que me causa estranheza é que o sindicato, representante legítimo das professoras e dos professores, dos trabalhadores da educação de nosso Estado, talvez receba a comunicação ao mesmo tempo que a imprensa. Isso não é bom, porque, como representante legítimo, o sindicato tem o direito de participar, de negociar, de saber o que o governo está propondo, de contrapor, de não ser surpreendido com tal anúncio.

V. Exa., assim como todos os Deputados e Deputadas desta Casa, está ansioso por que o impasse seja resolvido. Está faltando sensibilidade ao governo do Estado e à Secretaria de Educação. Não vou nem falar da questão dos trabalhadores e das trabalhadoras, falarei sobre as crianças, por exemplo. V. Exa., que conhece as dificuldades que os nossos jovens e as nossas crianças enfrentam no dia a dia, sabe o risco terrível que eles estão correndo, por estarem há tantos dias sem aula. Primeiro, há o desestímulo. Como os telespectadores sabem, a idade dos alunos do Estado é a partir de 11 anos. É uma fase em que é preciso muito estímulo e incentivo para continuar nos estudos, estudar com afinco e gostar da escola. Esse impasse é um desserviço à educação, sem dúvida. Sem mencionar que deixar crianças de 11 a 15 anos na rua é muito

arriscado. Se uma criança dessas, por não estar na escola, for assediada por um traficante e, por exemplo, experimentar o “crack”, pode ser que nunca mais se recupere. Criança tem de estar na escola de manhã e de tarde. O Estado tem de ter como principal missão e obrigação cuidar bem das crianças em idade escolar.

Quero aproveitar para fazer um apelo aos Prefeitos do Estado. Sei que muitos Prefeitos assistem à TV Assembleia. O Prefeito de Alfenas, minha cidade, por exemplo, está chamando as crianças da escola estadual para irem às escolas municipais, aos clubes que têm convênio com a Prefeitura, a fim de que as crianças não fiquem na rua o dia inteiro, com o risco de se tornarem presa fácil do tráfico de drogas.

Esse impasse, coroado de falta de sensibilidade, já passou da hora de ser resolvido. O povo de Minas, os pais já não estão aguentando essa situação.

Ontem, o impasse foi notícia no Jornal Nacional, objeto de matéria forte, extensa, muito bem-realizada. Um pai, em nome de todos os pais, solicitou até que o Enem seja adiado, por falta de sensibilidade do governo, por sua falta de vontade de negociar. Tenho a certeza de que o Prof. Antonio Anastasia sabe o valor, a importância da criança, do adolescente presente em sala de aula. Isso não pode continuar. Esta Casa já se cansou de tentar mediar. Todos os Deputados do Bloco Minas sem Censura, os da base governista também, já se cansaram de propor saídas para que o governo se sensibilize, negocie, apresente uma proposta que possa ser aceita pelos professores.

Governador, subsídio os professores não querem! Isso já está mais do que provado. Todos sabem disso. Não adianta querer melhorar subsídio.

Hoje, nos jornais “O Tempo”, “Estado de Minas” e “Hoje em Dia”, as manchetes diziam mais ou menos assim: “Governo recua e admite erro na questão do subsídio”. Mas, a conta-gotas?! Por que não resolve o problema?! A Secretária de Educação ontem, no Jornal Nacional, falou dos vencimentos dos professores. Secretária, por favor, a senhora é professora universitária e sabe da importância de as crianças estarem em sala de aula! Os pais já estão ficando desesperados: não só os dos alunos do 3º ano do ensino médio, que podem perder o Enem, mas também os dos demais! As aulas já vão avançar janeiro afora. Isso já cansou os mineiros, os pais e os educadores. Que coisa mais triste, lamentável e terrível ver, no “Jornal Nacional”, uma escola de Belo Horizonte completamente vazia, as carteiras sem ninguém, nenhum aluno, nenhuma professora, sem professor!... O templo da educação, da juventude, vazio...

Quero fazer um apelo para que se resolva essa situação. Deputado Bosco, V. Exa., que é Presidente da Comissão de Educação, tem trabalhado muito, tem tentado de todas as formas uma solução. Deputado Bosco, passou da hora de haver uma solução!

Vamos juntos fazer um apelo ao governo do Estado. Passou da hora de se resolver essa situação. Não dá para ver no “Jornal Nacional” uma escola vazia, não dá para permitir crianças nas ruas a correr risco de se tornarem vítimas de traficantes.

O Deputado Bosco (em aparte) – Deputado Pompílio Canavez, agradeço a V. Exa. a oportunidade, sobretudo em se tratando de um assunto tão importante e preocupante: a greve que afeta a educação em Minas Gerais. Sabemos que a greve já dura mais de 70 dias. É uma preocupação nossa, dos parlamentares, do sindicato e também do governo, o comprometimento do calendário de todas as escolas de Minas neste ano, com prejuízo para os alunos, sobretudo os alunos do 3º ano do ensino médio.

O Deputado Pompílio Canavez – Há alunos com idade de 11 a 14 anos que estão nas ruas, Deputado Bosco.

O Deputado Bosco (em aparte) – Há o problema dos alunos da 3ª série do ensino médio, que vão se submeter ao exame do Enem em 22 e 23/10/2011. É um problema preocupante, assim como o dos demais alunos, a quem V. Exa. se referiu; enfim, é uma situação danosa para os alunos de qualquer série.

O importante, Deputado Pompílio, é dizer que o embate maior entre o sindicato e o governo do Estado diz respeito à forma. O sindicato insiste na questão do piso pelo sistema antigo. Cabe uma consideração: sabemos que o sistema remuneratório antigo dos trabalhadores da educação é uma tremenda colcha de retalhos, existe uma distorção – histórica, de décadas, que tem perpassado por vários governos. Ou seja, foram criados...

O Deputado Pompílio Canavez – Só um segundo. Apenas para provocar: por que o Governador Anastasia, que é professor, não aproveita essa greve e tenta corrigir as distorções que foram se acumulando? O professor Anastasia está perdendo uma bela oportunidade.

O Deputado Bosco (em aparte) – Tudo bem, Deputado. É aí que está. Como sou parlamentar de primeiro mandato, mas já estou presidindo a Comissão de Educação, tenho me aprofundado nos estudos em relação à lei. E V. Exa., assim como a classe dos educadores, há de convir que o sistema antigo é uma verdadeira colcha de retalhos, o que acarreta grande dificuldade de correção. Ao longo do tempo, na tentativa de superar as distorções, foram criados “penduricalhos”, complicando ainda mais a situação sem alcançar o efeito desejado. O que o governo pretende agora? Com o novo projeto do subsídio, pretende corrigir as distorções históricas.

Deputado, não queremos decidir pelo sindicato nem, muito menos, pelo governo, porque essa é uma questão que compete a ambos, tendo, é claro, os Deputados como mediadores, por ser um assunto que diz respeito também à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O sindicato deve ter o discernimento de ouvir a proposta. O governo

está insistindo nessa proposta há tempo. Tudo bem, o sindicato tem a sua razão para querer a aplicabilidade do novo piso no sistema antigo, mas, se o governo tem uma situação nova a apresentar, que possa fazê-lo. Aí, sim, a classe dos professores poderá avaliar as duas opções. Chegou a nosso conhecimento hoje que a Secretária anunciará as novas medidas em nome do governo, corrigindo as distorções e oferecendo um novo patamar de melhorias significativas. É importante, pois, que a classe, sobretudo o sindicato, tenha conhecimento desse novo enfoque. O governo está usando a imprensa, mas tentou fazer o anúncio ao sindicato. Nós, da Comissão de Educação, sabemos disso, porque estivemos reunidos com representantes do governo, que disseram que poderiam apresentar a nova proposta ao sindicato, tendo em vista que estavam prontos para discuti-la.

Achamos que o momento é próprio para refletir e avaliar o que é melhor para a classe dos professores. Se a proposta realmente a valorizará, remunerando-a melhor, é preciso que haja ponderação. No sistema antigo ou no sistema novo, o objetivo principal de todos nós, do sindicato e do governo, é valorizar o servidor da educação. Vamos aguardar a proposta. Acredito que será um fato novo. Oxalá o sindicato esteja disposto, juntamente com a Comissão e a Assembleia, a discutir o assunto! Talvez esta semana possamos encerrar a greve, para o bem de Minas Gerais, sobretudo, dos alunos.

O Deputado Pompílio Canavez – Obrigado, Deputado Bosco. É preciso tomar cuidado, para não se criarem mais “penduricalhos”... Por causa disso, temos de negociar seriamente.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* – Muito obrigado, Deputado Pompílio. Inicialmente, quero manifestar a V. Exa. minha satisfação por ter participado da visita do Dr. Helvécio Guimarães, Secretário Nacional de Atenção à Saúde, ao Hospital Alzira Velano, que foi altamente produtiva. O Secretário ficou impressionado com o que viu. Valoriza-se não apenas o setor da saúde, mas também...

O Deputado Pompílio Canavez – O Hospital Alzira Velano e a Santa Casa são referências realmente.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* – Em relação à greve, Deputado, também vi a reportagem e fiquei chocado, assim como todo o mundo. Entendo perfeitamente a posição dos professores, que querem melhorar sua condição de vida. Quem não quer melhorar sua condição de vida? Todos nós queremos isso. Pela primeira vez, o governo de Minas Gerais tomou a iniciativa de resolver, em termos definitivos, a questão, retirando os “penduricalhos”, que nada valem, que nada acrescentam, que nada significam, e dando às professoras um piso digno, correto, um aumento que todos consideram bem razoável, o qual está acima do concedido em outros Estados do Brasil, como todos sabem. É preciso que haja uma discussão? Tudo bem, nós a faremos.

É bom que saibamos que há certa radicalização por parte do sindicato dos professores. Meu caro Deputado Bosco, ontem tive a oportunidade de acompanhar o Governador Anastasia a três cidades do Sul de Minas. Nas duas primeiras, as inaugurações ocorreram nas escolas e, na terceira, na praça. Vimos as escolas funcionarem perfeitamente, com professoras e alunos em sala de aula, não ocorrendo absolutamente nada de anormal. Apenas em Espírito Santo do Dourado, um grupo pequeno, muito reduzido de professores de Pouso Alegre, fez sua manifestação ao Governador. Nas demais escolas, as professoras estavam perfeitamente tranquilas, tratando o Governador com a maior consideração e reconhecendo os méritos da proposta apresentada. Como o Deputado Bosco informou, entendo e espero que, diante da nova proposta apresentada hoje pela Secretária de Planejamento, se encontre uma solução e que o sindicato entenda também que o radicalismo não é o caminho. O caminho será sempre o do diálogo, pois vivemos em um país democrático, livre, e esperamos que os entendimentos sejam bem-feitos. Como V. Exa. disse, a Casa tem acompanhado e participado com o maior interesse na resolução do problema da greve. Muito obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Deputado Carlos Mosconi, do lado do governo, da Secretária Ana Gazzola, também tem havido radicalismo. As crianças ficarem fora da escola é a pior tragédia. V. Exa. disse que, em algumas cidades, encontrou crianças nas escolas. Entretanto, em Alfenas, por exemplo, uma das cidades onde estive, as crianças estavam fora das escolas. Em muitas cidades, as crianças estão fora das escolas correndo sério risco. O prejuízo para a saúde, para a educação e para o futuro dessas crianças é terrível.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputado Pompílio Canavez, apenas para concluir, quero dizer que temos acompanhado o gráfico da greve.

O Deputado Pompílio Canavez - Uma criança fora da escola é um risco muito sério.

O Deputado Bosco (em aparte) - Antes de tudo, independente do gráfico, quer seja mil, que seja um aluno, isso é importante e importa para nós. Pelo nosso acompanhamento, hoje, em toda a Minas Gerais, das mais de 3.700 escolas, mais ou menos 3% estão totalmente paralisadas. Aquela reportagem mostrada ontem não condiz com a realidade. É claro que é uma situação que merecerá todo o nosso empenho, toda a nossa atenção e, acima de tudo, a nossa participação, para que realmente tenhamos um final feliz para todos e, volto a insistir, para as famílias e os alunos.

O Deputado Pompílio Canavez - Nos 15 segundos que me restam, direi que guerra de números entre patrões e trabalhadores sempre haverá. Entretanto criança fora da escola correndo risco não pode acontecer mais. Governador Anastasia, Secretária de Educação, está na hora de resolver isso. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, e Deputada Liza Prado, que hoje estão na direção dos nossos trabalhos, Deputados e Deputadas, se der tempo, retomarei o tema sobre a independência e autonomia do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo. Se der tempo, ainda falarei sobre isso. Minha pretensão, era polemizar um pouco as medidas provisórias e leis delegadas, até porque o Senador Aécio Neves publicou um artigo ontem, na “Folha de S.Paulo”, em que retrata uma realidade da Assembleia Legislativa mineira. Não sabia se estava se referindo a isso no tempo em que era Governador ou agora, que é Senador. Ele disse o seguinte: “É preciso conter o lamentável processo de subordinação do Legislativo, que hoje tem papel quase decorativo e funciona basicamente sobre as ordens do governo, com a aquiescência de uma gigantesca, heterogênea e pragmática base aliada, movida pela infundável partilha de cargos e emendas. Mas permitir que as relações políticas e institucionais também avancem para outro patamar...”. Considero que disse isso se referindo ao tempo em que era Governador, quando tinha essa base e relação com o procedimento legislativo, pois, no Senado, mesmo sendo relator, modificaram o trâmite das medidas provisórias. Aqui, por mais que insistamos, os parlamentares ligados ao PSDB, ao DEM e ao PPS não são capazes de assinar uma proposta para fazer tramitar uma emenda à Constituição, terminando ou modificando o trâmite das leis delegadas - aliás, Aécio Neves foi o campeão delas. Não tenho aqui um óleo de peroba. Outro dia vi o Deputado Duarte Bechir com um. Se depois ele me emprestá-lo, poderei trazê-lo para cá, a fim de deixá-lo à disposição do Senador Aécio Neves.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, fiquei impressionado. Imagino que o Senador Aécio Neves disse isso pensando na Assembleia Legislativa quando era Governador. Só pode ser. Vou repetir o que disse: “A ideia não é apenas conter o lamentável processo de subordinação do Legislativo, que hoje tem papel quase decorativo e funciona basicamente sobre as ordens do governo, com a aquiescência de uma gigantesca, heterogênea e pragmática base aliada, movida pela infundável partilha de cargos e emenda. Mas permitir que as relações políticas...” e por aí vai. Creio que disse isso pensando que quando era Governador, mirou na Assembleia Legislativa e construiu essa frase. Só pode ser isso. Ou então devemos dar ao Senador Aécio Neves um litro enorme de óleo de peroba para que o passe no rosto. Dizer que ele tinha uma relação diferente disso com a Assembleia Legislativa: vai ser cara de pau assim lá longe. Acompanhei isso num e noutro mandato. Temos aqui 24 assinaturas para terminar com a lei delegada - aliás, Aécio Neves foi campeão delas. Os 23 parlamentares do Bloco Minas sem Censura já assinaram e mais o Deputado Sargento Rodrigues. Faltam duas assinaturas para tramitar e aí podemos fazer uma análise da lei delegada. Queria falar mais sobre esse assunto hoje, mas não posso deixar de retomar ao assunto da greve das professoras e dos professores.

O governo fez um anúncio por meio das Secretárias Renata Vilhena e Ana Lúcia Gazzola. Na verdade, elas anunciaram que, às 15 horas, darão uma coletiva e farão a comunicação de uma proposta que, segundo eles, alterará o subsídio que inventaram para pagar os professores. Farão isso, portanto, sem a aquiescência do sindicato, sem dialogar a proposta que o sindicato tem de pagamento de piso salarial. Aqui não há uma relação autoritária do sindicato, que está fazendo um movimento justo de greve, reconhecido pela Constituição Estadual e pela Federal. Portanto é uma greve legal. Há uma relação autoritária do governo. O que ele está fazendo é simplesmente desconhecer a greve. Além disso, um comunicado de uma imposição que quer em relação à forma de pagamento que é o subsídio. Aliás, é tão autoritária que a própria lei aprovada, no ano passado, na Assembleia Legislativa, enviada pelo governo do Estado, ou seja, pelo próprio Governador Anastasia, determinava que os professores contra a vontade deles - aliás, a bancada do PT, na época, votou contra, e o sindicato tinha um posicionamento contrário... Naquela ocasião, por meio de lei, eles permitiram aos professores que não quisessem receber o subsídio que fizessem a opção pelo piso salarial. Arredondando, aproximadamente 153 mil professores fizeram exatamente a opção pelo recebimento do piso. Portanto, do vencimento-base, e não do subsídio. Agora, depois dessa opção feita, o governo diz que esse é um modelo em extinção, que ele não aumentará e não pagará o piso. Ora, por que colocou na lei que os professores poderiam fazer opção? O subsídio não é retirada de penduricalho, como ouvi Deputado dizer aqui. Não é verdade isso. O subsídio é a retirada de direitos. Os professores, para receber o subsídio, têm de abrir mão de todos os direitos adquiridos durante a carreira. O Deputado Pompílio Canavez, que foi sindicalista, Presidente do Sindicato dos Bancários, sabe; os Deputados Celinho do Sinttrocel, Luiz Carlos Miranda e eu, que fomos sindicalistas, sabemos muito bem o que significa um sindicato abrir mão dos direitos adquiridos durante anos, décadas de luta. No caso do professores, fazemos greve desde 1979 para ter uma carreira, e agora querem que os professores abram mão da carreira para receber um subsídio. Vai dizer que isso é retirada de penduricalho? Não, isso é retirada de direitos. É isso que o governo está fazendo. E não admite negociar com o sindicato. O sindicato, Deputado Celinho do Sinttrocel, demonstrou cabalmente que é flexível com a negociação com o governo. O sindicato aceita fazer com que o piso nacional de R\$1.200,00 seja flexibilizado para jornada de 24 horas, o que daria um piso de R\$712,00. Ou seja, de uma proposta original de R\$1.597,00, que é o salário que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação reivindica para jornada de 24 horas, o sindicato aceita R\$712,00 pela jornada de 24 horas, para negociar com o governo. E o governo diz não, que sobre piso não negocia.

Nós perguntamos: Secretária, qual o impacto disso na folha? Ela fez o cálculo e disse: “3,44%”. Não se pode negociar 3,44% de impacto na folha. Se o Governador Anastasia e o Senador Aécio Neves fizeram falar Minas, comuniquem ao

governo federal que o Estado está falido e solicitem. A lei do piso permite que seja complementado isso através do governo federal. Nós vamos, eu vou com vocês até o Ministro para solicitarmos. Mas o governo tem de dizer: “Estou falido, não tenho recurso; Déficit Zero é uma mentira; o Estado não aguenta pagar aos professores R\$712,00 de piso”. Diga isso para o Brasil ouvir. É isso que o Senador Aécio Neves não deixa o Governador Anastasia fazer, porque ele só pensa em ser candidato em 2014, e o carimbo de R\$369,00, o pior piso do País, está na testa do Senador Aécio Neves, que deixou de herança para o Governador Anastasia. Por isso ele não quer reconhecer que o Estado está falido e solicitar, então, do governo federal, que complemente esse piso. Não quer também fazer isso o governo do Estado por outro simples motivo: para o governo fazer jus ao recebimento desse piso salarial, Deputado Adelmo Carneiro Leão, tem de estar com o seu caixa e a relação com a educação acertadas do ponto de vista legal e constitucional. E não está. O governo só investe 19% na educação, e não os 25%, porque ele inclui os aposentados e pensionistas na conta do investimento com a educação, que eles chamam de gasto, e nós chamamos de investimento. Ele inclui os aposentados no investimento, e a lei, a Constituição não permite. Tirando essa manobra, são apenas 19% de investimentos. E o governo vai “tomar bomba” se for pedir o pagamento do piso por parte do governo federal.

Por esses dois motivos, o Senador Aécio Neves não deixa. Porque foi ele o responsável por essa herança de falir o Estado mineiro completamente, portanto não quer deixar, naturalmente, que saibam disso. Aqui em Minas ele censura, aqui não se apresenta o valor real. Estão bravos aqui os Deputados do governo porque ontem se mostraram no “Jornal Nacional”, da Globo, as salas vazias. Estão nervosos não com a paralisação, ficam nervosos não com o fato da greve, mas é porque apareceu a verdade. Não poderia. Falha de Andrea Neves; ela falhou, não conseguiu censurar ontem o “Jornal Nacional”, da Globo. O “Jornal Nacional” vazou, em todo o Brasil, a notícia de que estão há 70 dias em greve. E ficam nervosos: “Nossa Senhora, não podia vazar!”. Eu já disse isso aqui várias vezes.

O “slogan” do governo Anastasia e Aécio é: “Em Minas pode tudo, menos escândalo”. Escândalo não pode, tem de escondê-lo de qualquer forma. Há censura; silenciam a Assembleia Legislativa; e agora querem acabar com o Bloco Minas sem Censura. O Vice-Governador conversa com cada Deputado para tentar calar a voz da Oposição. Assim funcionam em Minas o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Silêncio absoluto em Minas! Professores, silenciem-se!

O “Jornal Nacional” noticia, e eles dizem: “Ai, meu Deus do céu, isso não pode”. Logo eles vêm fazer a defesa, mas não estão preocupados com o fim da greve, se o aluno está perdendo aula, se o professor está ganhando pouco, nada disso importa. O que importa é que essa notícia não pode aparecer para o Brasil, porque o projeto pessoal do Sr. Aécio Neves não pode ser arranhado e descoberto, não se pode saber quem é. Esse tipo de política tem de acabar. No Congresso Nacional, ele fala do assunto na maior cara de pau. Vou ler novamente o artigo, porque a cara de pau é muito grande. Vejam o que o Senador Aécio Neves escreveu, mas leiam o artigo como se fossem o Governador Aécio Neves. (- Lê:) “A ideia não é apenas conter o lamentável processo de subordinação do Legislativo, que hoje tem papel quase decorativo e funciona basicamente sob as ordens do governo, com a aquiescência de uma gigantesca, heterogênea e pragmática base aliada, movida pela infundável partilha de cargos e emendas, (...)” E por aí vai. Ele falou isso pensando na Assembleia Legislativa quando era Governador, só pode ser. É impressionante como a pessoa sobe na tribuna do Senado, fala e escreve algo como isso, como se aqui, em Minas Gerais, ele, o seu governo, fosse o paladino das relações democráticas com a Assembleia Legislativa, como se não houvesse uma base, uma partilha de cargos, como se ele fizesse política completamente diferenciada das políticas que ele pressupõe denunciar.

Mas ele só pode fazer isso porque aqui em Minas os jornais locais, a imprensa local, não colocarão esse assunto para fora, a não ser eu. Daqui a pouco, eles virão e me xingarão, desviarão o assunto, falarão da Dilma e de outras coisas para livrar o Aécio Neves. Mas, como ontem saiu no “Jornal Nacional” que as escolas estão paradas, com mais de 70 dias de greve, aí sim, eles ficam preocupados. Estou preocupado é com os alunos! O Deputado Pompílio Canavez disse muito bem: a nossa preocupação é com os alunos, com os pais, com o Enem, com os que precisam da escola pública de qualidade, que precisam que o professor receba pelo menos o piso de R\$712,00. Essa é a nossa preocupação.

Não adianta a Secretária anunciar alterações no subsídio e não conversar com o sindicato sobre o piso, que é a reivindicação, é o motivo da greve. Sentem com o sindicato, negociem a proposta de piso, o valor, o problema e a repercussão na folha. A Secretária nos disse que serão 3,44% com o repique. Informaram à Secretária que o valor seria com repique. Acho que na hora a Secretária de Educação assustou. Ela deve ter pensado: “Só isso? Deve ser mais, porque há repique”. Ela ligou para a outra que a informou que era 3,44% com repique. Isso é tão pouco e pode ser negociado. Qualquer governo tem condições de negociar 3,44%. Aliás, ele negociou com a Polícia Militar muito mais do que isso, incluindo o impacto. Negociou com a Polícia para outubro, depois abril e depois não sei quando. Por que não pode negociar com os professores? Que birra é essa com as professoras? Que pouca preocupação é essa com os estudantes e com os pais? Realmente me pergunto o porquê de não se fazer essa discussão com o sindicato em torno do piso. Por que tem de ser o subsídio, se o sindicato reivindica o piso? E 153 mil professores fizeram a opção pelo regime antigo. Negocie com eles que fizeram, democraticamente, a opção, pois estava em lei e poderiam fazer isso. Sr. Presidente, é preciso, no mínimo, que se respeite a vontade desses professores que assim quiseram.



Então, peço à Secretária de Educação e à Secretária Renata Vilhena, que estão tendo boa vontade em fazer os cálculos e olhar realmente a situação, que não se prendam aos pressupostos do que acham que é tecnicamente melhor, mas que dialoguem com quem dá aulas e está recebendo esse salário e, ao mesmo tempo, solicitem ao Governador Anastasia uma postura diferente, para que não fique pensando apenas no Senador Aécio Neves como candidato em 2014.

Que o Governador Anastasia, um homem de bem, não fique escravo do passado de Aécio Neves, ao qual ele deve favores e votos, nem preso ao futuro de Aécio Neves como pretensão candidato, se é que o será, em 2014, que está tão distante. Primeiro, que governe Minas; faça um bom governo e não saia com a pecha de quem paga um piso de R\$369,00, como seu antecessor. Saia, sim, como um Governador bem visto pelas professoras, que quis aumentar o piso e o fez, depois de discutir democraticamente com o sindicato. É esse o apelo que fazemos ao nosso querido Governador Antonio Anastasia: liberte-se de Aécio Neves, do seu passado e do seu futuro, e governe Minas. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meu pronunciamento diz respeito a projeto de lei que tramita nesta Casa e que trata da cidadania fiscal. Mas não poderia deixar de abrir um parêntese para responder ao colega Deputado Rogério Correia, que, pela primeira vez, não me deu a honra de apartear-lo, não sei se por coincidência apenas ou por saber o colega que o assunto de que tratava era passível de ser questionado, por não ser a sua fala a expressão da verdade.

Em primeiro lugar, há vários Estados administrados pelo PT que não atendem à reivindicação do piso mínimo estabelecido pelo governo federal para os servidores da educação. Mas nem por isso podemos dizer ou alguém diz que os Estados estão quebrados. Cito os exemplos do Rio de Janeiro, administrado por um grande parceiro da Presidenta Dilma; da Bahia, que também não atende às reivindicações dos professores quanto ao piso salarial da educação; e do Rio Grande do Sul, historicamente administrado pelo PT, que também não atende ao piso estabelecido pelo governo federal.

Mas, mais do que isso, é preciso que tenhamos responsabilidade na gestão do Estado, em especial de um Estado como Minas Gerais, que, durante anos e anos, teve dificuldades para pagar o salário do mês aos servidores ou, ao final do ano, o 13o salário, por conta de medidas populares, demagogas e irresponsáveis. Aliás, corrige-me o Deputado Rogério Correia: medidas populistas e demagogas, até mesmo de Governadores dos quais o partido de V. Exa. foi base nesta Casa. Ao longo dos últimos oito ou nove anos, Minas conquistou a oportunidade de pagar em dia o salário dos seus funcionários, até o quinto dia útil do mês subsequente, e o 13o salário em duas parcelas, a primeira no meio do ano. Isso não acontecia em Minas há mais de 15 ou 20 anos e começou a acontecer porque o Governador soube gerir o Estado de maneira responsável.

Da mesma forma, é preciso que se faça um discurso responsável nesta Casa.

Quem acredita que um Governador que é professor não gostaria de dar um aumento de R\$2.000,00, R\$3.000,00, 10%, 15%, 20%, 30% aos professores? Quem, em sã consciência, acreditaria nisso? Todos os Estados, como Minas também, enfrentam dificuldades com o seu caixa. São mais de 400 mil servidores na área da educação em nosso Estado, e, se dermos um aumento de R\$1,00 que seja a cada um deles, serão mais de R\$400.000,00 na folha. Sabemos que uma pequena parcela do sindicato tem pregado essa reivindicação, e é bom que se diga isso, pois a grande maioria não está paralisada, mas sim dentro da sala de aula e cumprindo o seu dever. Se o governo fosse atender e ouvir a todas as reivindicações, daqui um mês estaríamos quebrados e nem mesmo o salário desses servidores seriam honrados.

Deputado Rogério Correia, fiquei por mais de 5 minutos aguardando V. Exa. me conceder aparte. Acredito que sua atitude tenha sido fruto do medo e receio de V. Exa. de ouvir o contraditório. Importante ressaltar que sempre tive o direito de debater com V. Exa. diversos assuntos da Casa, mas hoje V. Exa. me viu ali, onde se encontra o Deputado Duarte Bechir, e não me concedeu aparte. Entenderei isso como um lapso de V. Exa., por conta de um assunto da categoria que V. Exa. defende. Na verdade, os sindicatos acreditam em seu trabalho e esperam de V. Exa. reivindicações constantes. V. Exa. sabia que se tratava de um assunto que poderia ser facilmente derrubado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, estamos atentos às palavras de V. Exa. O que nos trouxe aqui a apartear-lo foi a questão da responsabilidade que V. Exa. tão bem aborda.

Há pouco tempo vimos uma entrevista do Ministro da Fazenda Guido Mantega recomendando a todos os Estados brasileiros e à Federação contenção de gastos e responsabilidade nas despesas. Aliás, em referência ao aumento dos servidores, ele disse que, de modo geral, é justo, necessário, mas que tem de ser com responsabilidade, conforme V. Exa. está falando. No entanto, o Deputado Rogério Correia disse que, se o Estado de Minas Gerais estiver falido, deverá pedir socorro ao governo federal. O governo federal não tem de ajudar o Estado de Minas Gerais, mas sim o Brasil, com a duplicação da BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, o metrô em Minas, o anel rodoviário e tantas outras obras importantes.

Há um mês, Deputado Gustavo Valadares, o governo federal recebeu da Vale R\$6.500.000.000,00 de uma ação que ganhou no STF, relativa à contribuição social do lucro líquido. São R\$6.500.000.000,00, dos quais os Estados e os Municípios brasileiros não participaram com um centavo sequer. Esse valor dá para redistribuir para todos os 853 Municípios na sua participação de ICMS para todo o ano de 2011. Portanto, se o dinheiro está lá em Brasília, e todos



sabem disso, por que, então, falar para socorrer Minas? Por que não socorre em todas as necessidades que Minas tem? E a dívida pública de todos os Estados brasileiros? O governo federal está lucrando de uma forma até agiota com essa dívida pública, e todos sabem disso; por sinal nós, Deputados, com a participação e coordenação dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, estamos participando para a reorganização dessa dívida.

Volta-se aqui com essa história de déficit zero, querendo confundir o povo. Não tenho a menor dúvida de que o objetivo é confundir. Uma coisa é o déficit zero, conseguido por Aécio Neves e Anastasia; outra coisa é dívida pública, que todos os Estados e Municípios brasileiros têm.

Portanto, estamos aqui participando com V. Exa. em um discurso de chamar à responsabilidade.

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Serei muito breve, antes de conceder aparte ao Deputado Duarte Bechir.

Para não fugir da área da educação, Deputado Bonifácio Mourão, V. Exa. foi Prefeito, e o governo federal podia ajudar os Estados, em especial os Municípios, no transporte escolar. Os Municípios transportam alunos das redes municipal e estadual de ensino, e o governo federal havia assumido o compromisso de ajudá-los no custeio das despesas com transporte escolar. O que o governo federal repassa aos Municípios e ao Estado para ser repassado aos Municípios não dá para pagar sequer 1 mês dos 12 meses de transporte escolar nos Municípios. Em nenhum Município de Minas Gerais o governo federal ajuda com o que deveria. Se tem tanto dinheiro e se não está quebrado, por que não nos ajuda a resolver o problema do transporte escolar, um dos maiores gargalos que os Prefeitos têm hoje? É uma das coisas que mais pesam no orçamento municipal. E o governo federal não se sensibiliza nem ajuda em absolutamente nada mais. Para o discurso, eles são excepcionais. Não há ninguém que chegue perto do discurso dos que hoje estão à frente do governo federal, mas na prática nada sabem de gestão pública, muito menos de responsabilidade fiscal.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, parabênizo V. Exa. pela conduta e pelos esclarecimentos. Da nossa parte, cabe rebater uma parte da fala do Deputado Rogério Correia. Ele chama o Governador de “nosso querido Governador Anastasia”, reconhecendo o seu valor, a sua transparência. Deixa-nos sobremaneira feliz a aquiescência do Deputado Rogério Correia em reconhecer o valor do Governador Anastasia.

Gostaria de dizer a V. Exa. que a expressão “responsabilidade fiscal” não faz parte do dicionário, do vocabulário de atitudes do PT. Aliás, o PT votou contrariamente a que prevalecesse em nosso país a responsabilidade fiscal. O PT entende, e entendia naquela época, que a irresponsabilidade fiscal, ou seja, franquear os cofres públicos ao deus-dará, dá muito mais voto que ter normas de conduta para gastar os recursos públicos. Responsabilidade fiscal não faz parte do vocabulário do PT.

Faço coro com as palavras de V. Exa.: a lei federal que estabeleceu o piso para os funcionários da educação é do governo federal. Essa lei diz que os Estados que não suportarem a carga do valor a ser pago ao final do mês, deverão enviar uma planilha ao governo federal, que, por sua vez, complementarará o Orçamento desses Estados, para pagamento integral do piso. Mais de 20 Estados já remeteram planilhas ao governo federal, mas até hoje nenhum foi “premiado” com a vinda de recursos para fazer face às despesas com educação. O governo federal impõe o piso, diz que poderá participar de seu pagamento, mas, na verdade, deixa os Estados sem verba para mantê-lo. Cabe a mim enfatizar isso.

Mais uma vez, parabênizo V. Exa. pela presença brilhante nesta Casa como Líder da Maioria, inspirando-nos a fazer um trabalho cada vez mais consciente em defesa dos interesses reais de Minas Gerais, e não dos da política partidária, como fazem alguns, quando utilizam a tribuna ou quando estão no meio do povo, como se a eleição não tivesse terminado e ainda houvesse palanque após a posse. Parabéns!

O Deputado Gustavo Valadares* – Obrigado. Serei breve, pois faltam menos de três minutos para o término de meu pronunciamento e nem sequer entrei no assunto que me trouxe à tribuna. Deputado Bosco, sei que V. Exa. deseja fazer um aparte, mas peço 1 minuto da sua paciência para fazer um convite aos nobres colegas.

Hoje, pela manhã, conversei pelo telefone com os Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio, Bosco, Romel, principalmente os que fazem parte da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Amanhã, às 10h30min, em reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, vamos receber o coordenador do Programa Nota Fiscal Paulista, de São Paulo, que tem tido um sucesso extraordinário, porque faz o cidadão agir como um fiscal de renda do Estado. Ele passa a cobrar nota fiscal de todos os produtos que compra. Em todas as casas comerciais a que vai, ele passa a cobrar a nota fiscal com o CPF dele na nota. O governo de São Paulo tem um programinha que, automaticamente, vai contabilizando no CPF um percentual do ICMS recolhido na nota, para que, no final do ano, esse ICMS retorne ao bolso do contribuinte que solicitou as notas. Pode-se fazer isso de várias maneiras: solicitando ao Estado que esse valor acumulado até o final do ano seja abatido do IPVA a ser pago no ano seguinte, que seja depositado esse valor em conta corrente; ou, ainda, que o crédito seja transferi-lo a uma entidade.

Gostaria de convidar os Deputados a estar na Comissão de Fiscalização Financeira, às 10h30min, quando receberemos o coordenador desse programa de São Paulo, para sabermos quanto já se arrecadou a mais, qual o incremento da arrecadação, quanto já se pagou aos contribuintes, se tem feito sucesso, como tem funcionado o “software” que atualiza automaticamente os dados na conta de cada contribuinte. Seria bom discutirmos a viabilidade desse programa em Minas



Gerais, a exemplo do que houve com o Fundo Minas Legal, que está sendo criado para financiar troca de créditos com o contribuinte.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, primeiramente gostaria de cumprimentá-lo pela participação sempre brilhante na tribuna e dizer rapidamente que não podemos deixar de fazer justiça ao governo do Estado em relação ao tratamento dado ao Sind-UTE e à greve. O governo sempre esteve aberto à negociação (aliás, recebeu o sindicato por mais de 13 vezes), sempre se prontificou a discutir a questão. O impasse é sempre colocado pelo sindicato, que insiste na questão do piso. O governo, agora, apresenta uma proposta que, pelo que já sabemos, vai significar um avanço importante, a valorização da classe. É preciso que façamos um chamamento a toda a classe educadora de Minas Gerais para que tome conhecimento da proposta que a Secretária, neste momento, está fazendo e faça uma avaliação profunda dela.

Em relação ao projeto a que V. Exa. fez referência, quero dizer que apresentamos um semelhante, que está anexado ao de V. Exa. Tenho a certeza de que esse projeto trará um avanço significativo para a economia do Estado e sobretudo para os contribuintes.

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo o convite para, amanhã, às 10h30min, na Comissão de Fiscalização Financeira, discutirmos o projeto de lei de cidadania fiscal no Estado de Minas Gerais. Peço desculpas ao Deputado Paulo Guedes: quando V. Exa. chegou, faltavam 13 segundos para eu terminar o meu pronunciamento.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/8/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

exonerando Paula Tarciana Maciel e Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
exonerando Renata Carneiro Xavier do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 85/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/9/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de material de pintura.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: serviços de vigia nas dependências da Assembleia. Objeto do aditamento: alteração do ADT 176/2011. Vigência: atrelada à do ADT 176/2011 (de 16.07.2011 a 15.07.2012). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente Serra Viva. Objeto: doação de bem móvel inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993).



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Lar São Vicente de Paulo. Objeto: doação de bem móvel inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993).

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Clube de Paraquedismo Paladinos do Espaço. Objeto: doação de bem móvel inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993).